



Anais da Assembleia

Nº 037

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 26.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1991.
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Puddell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 14/91

Curitiba, 15 de abril de 1991.
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Excelentíssimos Senhores Deputados
Tenho a honra de apresentar à elevada

consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1992, dando cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, em consonância com o artigo 22, inciso II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

A definição de um método, bem como o estabelecimento de prioridades são regras fundamentais e necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos relativos à elaboração dos orçamentos. É bom destacar que em virtude de que o Poder Executivo deve apresentar para apreciação da Assembleia Legislativa, juntamente com o projeto de Lei Orçamentária para 1992, o Plano Plurianual relativo ao período de 1992 à 1995, até 30 de setembro de 1991, definiu-se que as metas e prioridades da Administração Pública Estadual para 1992 serão aquelas a serem indicadas no referido plano, conforme artigo 2º do anteprojeto de lei em anexo.

Sem esquecer da situação econômica do país e conseqüentemente das limitações dela decorrentes, estruturou-se o anteprojeto de lei, que norteará a elaboração dos orçamentos do Estado para 1992, estabelecendo-se no Capítulo I as diretrizes gerais com orientações comuns aos orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Neste Capítulo ficou claro o propósito de alcançar o equilíbrio orçamentário e define-se que as receitas e as despesas serão estimadas segundo os preços vigentes em maio de 1991 e que as despesas referenciadas em moedas estrangeiras serão estimadas segundo a taxa de câmbio vigente em 31 de maio do mesmo ano, valores que serão corrigidos automaticamente, antes do início da execução orçamentária.

O Capítulo II define os componentes do Orçamento Fiscal, abrangendo os órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público, respeitados os princípios constitucionais.

O Capítulo III trata das diretrizes específicas para o Orçamento Próprio da Administração Indireta, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial.

No Capítulo IV estão contempladas as orientações para o Orçamento de Investi-

mento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

O Capítulo V trata das disposições gerais e finais destinadas às demais adaptações necessárias. Este Capítulo apresenta o desdobramento que deverá constar da Lei Orçamentária Anual para 1992, para discriminação da despesa:

DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida
- Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida
- Outras Despesas de Capital

Finalizando, acredita-se que a lei de Diretrizes Orçamentárias, elaborada pelo Poder Executivo e discutida no Poder Legislativo constitui-se por si só, num real instrumento de consolidação do processo democrático e de aprimoramento da elaboração orçamentária.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador de Estado

ANTEPROJETO DE LEI N°

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1992.

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 1° - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, relativos ao exercício financeiro de 1992.

Art. 2° - As metas e as prioridades da Administração Pública Estadual para 1992 serão aquelas constantes do plano plurianual, relativo ao período de 1992 à 1995, a ser encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 1991, para dar cumprimento ao disposto no item I do artigo 22 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

Art. 3° - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

Art. 4° - No projeto de Lei Orçamentária

as receitas e as despesas serão estimadas segundo os preços vigentes em maio de 1991.

Parágrafo 1° - As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão estimadas segundo a taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1991.

Parágrafo 2° - Os valores de receita e despesa apresentados no projeto da Lei Orçamentária serão corrigidos automaticamente, antes do início da execução orçamentária, pela previsão da variação do índice oficial de inflação no período compreendido entre os meses de maio a dezembro de 1991, explicitando-se os critérios adotados.

Art. 5° - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1991, em especial:

I- Consolidação da Legislação relativa ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS;

II - Concessão e redução de isenções fiscais;

III - Revisão das alíquotas dos tributos de competência estadual;

IV - Aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Art. 6° - As receitas de Órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartida de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 7° - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8° - Fica, vedada aos Órgãos da Administração Direta e Indireta a previsão de recursos orçamentários destinados à concessão de subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

CAPÍTULO II

Do Orçamento Fiscal

Art. 9º - O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual.

§ 1º - Compreendem-se no Orçamento Fiscal as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Assembléia Legislativa, sendo que o montante dos recursos não poderá ser superior a três por cento da receita geral do Estado, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União, de conformidade com o artigo 138 da Constituição Estadual.

§ 3º - O Tribunal de Justiça elaborará a proposta orçamentária do Poder Judiciário, sendo que o montante de recursos a ele destinado não poderá ser superior a seis por cento da receita geral do Estado, excluído os precatórios, as operações de crédito e participações nas transferências da União, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 98 da Constituição Estadual.

§ 4º - O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro das normas desta lei, de conformidade com o artigo 115 da Constituição Estadual.

Art. 10 - Na elaboração do Orçamento Fiscal serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta lei.

Art. 11 - Nas despesas com pessoal e encargos sociais deverá ser observado o previsto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal e da Estadual, respectivamente.

Art. 12 - As programações custeadas com recursos oriundos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 13 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartida de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 14 - Nas despesas com serviços da

dívida, exceto a mobiliária, deverão ser consideradas apenas as operações contratadas ou com prioridades e autorizações concedidas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária anual à Assembléia Legislativa.

Art. 15 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual destinados ao atendimento de outras despesas correntes e de capital, exclusive serviços da dívida, deduzidas as vinculações legais constantes dos artigos 98, 138, 185 e 205 da Constituição Estadual, do artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 13 desta Lei, terão como fator limitador o grau de prioridades estabelecido pela Administração Estadual.

CAPÍTULO III

Do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 16 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial.

Art. 17 - Na elaboração do Orçamento Próprio da Administração Indireta serão observadas as disposições de que trata esta lei.

CAPÍTULO IV

Do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista

Art. 18 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado juntamente com a respectiva programação orçamentária global, compreendendo suas receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações.

Art. 19 - Na elaboração do Orçamento de que trata o artigo anterior deverão ser observadas as disposições de que trata esta lei.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 20 - Na Lei Orçamentária Anual para 1992, a discriminação da despesa para os Orçamentos do Estado, será apresentada conforme o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida
- Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida
- Outras Despesas de Capital

Art. 21 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará os quadros de detalhamento de despesa, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 4º desta lei.

Art. 22 - No decorrer da execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder à correção dos valores constantes dos orçamentos, por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - Na ausência das leis complementares previstas nos artigos 165, parágrafo 9º, e 192, da Constituição Federal, as programações das despesas de caráter administrativo dos Bancos Estaduais e de suas empresas vinculadas integrarão o projeto da Lei Orçamentária.

Art. 24 - Na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais.

Art. 25 - Ao projeto de Lei Orçamentária não se admitirão emendas que:

I - Não sejam compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de acordo com o disposto no § 3º, item I, do artigo 134 da Constituição Estadual;

II - Transfiram dotações cobertas com receitas próprias de Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para atender programações do Orçamento Fiscal ou a serem desenvolvidas por outra entidade que não aquela geradora e/ou detentora do recurso;

III - Visem conceder dotações para instalação ou funcionamento de Órgão que não esteja legalmente constituído;

IV - Fixem despesas sem que seja definida a origem dos recursos;

V - Incluam metas sem que seja definido o seu custo, a preços de maio de 1991,

e a origem de recursos para sua execução, com o conseqüente cancelamento ou redução de metas;

VI - Incluam em projetos ou atividades, metas não afins ao propósito e/ou finalidade dos mesmos;

VII - Indiquem recursos vinculados para cancelamento.

Art. 26 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n. DTL/SAT/112/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n. 21/91, de autoria do Deputado Rafael Greca, que concede o título de cidadão honorário do Paraná ao Senhor Cláudio Lachini, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.581. Anote-se - Arquive-se.

Sob o n. DTL/SAT/115/91, do Senhor Governador do Estado, encaminhando para reexame o assunto constante da Mensagem n. 06/91, de 25 de fevereiro de 1991, e solicita providências no sentido de que a referida Mensagem, seja apreciada e mereça aprovação. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para os Projetos de Lei n. 105 e 29/91, respectivamente em 2ª e 1ª discussão, para que sejam apreciados nesta ordem.

Sala das Sessões, em 16.04.91.
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votação Nominal, para o Projeto de Lei n. 010/91, de autoria do Poder Executivo, que objetiva dar nova redação ao artigo 4º, da Lei n. 4.529 e ao artigo 7º, da Lei n. 5.515 (transferência do F.D.E., do BADEP para o BANESTADO).

Sala das Sessões, em 16.04.91.
(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que somente seja incluído na Ordem do Dia, projeto de resolução que autorize a realização de plebiscito, somente quando a proposição atender integralmente o que dispõe a Lei Complementar n. 56.

Sala das Sessões em 16.04.91.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 760

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, Dispensa de Discussão e Votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 759

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à FUNDEPAR, visando a liberação de verbas para reformas no prédio da Escola Estadual Dois Vizinhos- ensino de 1° Grau, que tem 1308 alunos e encontra-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Dois Vizinhos- Ensino de 1° Grau, encontra-se em precárias condições de uso. Nas paredes há infiltrações de água, o telhado está necessitando de reforma urgente, os banheiros estão em constante vazamento e exalam mau cheiro. A instalação hidráulica é antiga e deficiente. Tacos, vidros e portas também precisam de reforma.

REQUERIMENTO N° 761

SÚMULA: São as seguintes as autoridades:

- 1) Excelentíssima Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Doutora Zélia Cardoso de Mello;
- 2) Ilustre Secretário da Fazenda Nacional, Doutor Luiz Fernando Willisch;
- 3) Ilustre Diretor do Tesouro Nacional, Doutor Roberto Figueiredo Guimarães.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente às autoridades acima mencionadas, visando a excepcionalização das Prefeituras Municipais do Sudoeste do Paraná, e se possível a extensão do benefício às demais, relativamente a Resolução n° 1.718/88 do Conselho Monetário Nacional, para que as mesmas tenham condições de renovar os sucateados parques de máquinas através da obtenção de linhas de crédito junto às instituições financeiras nacionais.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente requerimento é pleitear, dada a relevância do interesse público envolvido, a excepcionalização das Prefeituras Municipais do Sudoeste do Paraná, e se possível, a extensão do benefício às demais Prefeituras paranaenses, relativamente a Resolução n° 1718/88 do Banco Central, permitindo-lhes a renovação de seus sucateados parques de máquinas.

Referida Resolução congelou o limite de aplicação das instituições financeiras em operações realizadas com recursos públicos de acordo com o saldo devedor de dezembro/88, corrigido pela BTNF, na data de sua publicação. Este congelamento impossibilita, dentro de uma situação normal, as instituições financeiras de concederem linhas de crédito às Prefeituras Municipais, restando-lhes somente o "adiantamento da arrecadação", tendo em vista o disposto nas Resoluções n° 94/89 e 58/90, do Senado Federal; além de tratar-se de mero adiantamento, quer seja, recurso proveniente de uma arrecadação que ainda não foi recolhida e que já está sendo gasta, e que, mesmo como adiantamento, tem sua liberação sujeita a requisitos rigorosos cujo cumprimento é verificado pelo Banco Central, todos nós sabemos que a receita das Prefeituras é insuficiente até mesmo para pagar suas folhas de pagamento, o que dirá para a compra do que é necessário para a urgente e essencial modernização de seus sucateados parques de máquinas.

O relevante interesse público do pleito é indiscutível. A forte crise econômica pela qual passa a Nação, e, em particular, alguns Municípios paranaenses que se encontram arrasados em razão da prolongada estiagem que os afeta, inviabiliza as administrações municipais que não podem comprometer seus orçamentos com a compra de máquinas que não podem comprometer seus orçamentos com a compra de máquinas.

Esta situação gera sérios e profundos prejuízos à população. Se medidas urgentes não forem aplicadas na direção do atendimento do nosso pedido, por certo, num fu-

turo bem próximo, as prefeituras não terão estrutura para cumprir seus programas de recuperação e conservação das malhas rodoviárias municipais, engrossando ainda mais as dificuldades do meio rural, que sustenta a economia do Estado.

Assim sendo, está caracterizado o relevante interesse público do pleito, que nos dizeres do ilustre advogado e ex-professor de Direito em São Paulo, onde exerceu a magistratura, Hely Lopes Meirelles, em seu livro Direito Administrativo Brasileiro, 11.^a edição (1985), implica na satisfação de necessidades gerais e essenciais da sociedade, para que ela possa subsistir e desenvolver-se como tal.

Ainda de acordo com os ensinamentos do ilustre Professor Hely Lopes Meirelles, a natureza da administração pública é a de um munus público para quem a exerce, isto é, a de um encargo de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade.

Ao ser investido em função ou cargo público, todo agente do poder assume para com a coletividade o compromisso de bem servi-la, porque outro não é o desejo do povo, como legítimo destinatário dos bens, serviços e interesses administrados; os fins da administração pública se resumem em um único objetivo: o bem comum da coletividade administrada; toda atividade do administrador público deve ser orientada para esse objetivo. Se dele o administrador se afastar ou desviar, trai o mandato de que está investido, porque a comunidade não instituiu a Administração senão como meio de atingir o bem estar social.

Assim sendo, finalizamos este requerimento certos de que obteremos o devido respaldo dos nobres colegas e das autoridades competentes, na medida em que estão caracterizados o interesse público e o poder-dever do administrador público na medida em que no direito público o seu poder de agir quando na gestão da coisa pública é uma imposição, um dever para o agente que o detém, pois não se admite a omissão da autoridade diante de situações que exigem a sua atuação, omissão esta que ocorreria dada a absoluta insuficiência de verbas para a renovação dos sucateados parques de máquinas caso não seja concedida a excepcionalização que através deste requeremos.

REQUERIMENTO N° 774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor OSIRES CIRO ULBRICH, um dos fundadores da Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de antigo servidor da Prefeitura Municipal de Mandirituba, onde destacou-se pelos amplos conhecimentos de mecânica pesada.

Além disso, era muito benquisto pela comunidade, a quem serviu sempre com muita dedicação.

REQUERIMENTO N° 762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados votos de congratulações ao jornalista e escritor RICARDO RODRIGUES, que acaba de ter seu primeiro livro editado.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma obra que tem como principal objetivo nossas lendas e o nosso folclore.

É um esforço de criação que prima pela beleza de seu texto e ilustrações.

Na oportunidade, queremos ressaltar também a contribuição da Imprensa Paranaense, que apostou em nosso jovem estreante, imprimindo numa edição de luxo, 10 mil exemplares.

REQUERIMENTO N° 763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja autorizado a pavimentação do trecho rodoviário estadual, compreendido entre Quitandinha a Contenda, passando pelo Distrito de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO.

JUSTIFICATIVA:

O trecho rodoviário que liga Quitandinha até o município de Contenda, atende o fluxo de produtores rurais de pequenas propriedades que necessitam transportar seus produtos até os locais de atacadistas, e para isto a estrada pavimentada lhes proporcionará mais segurança e economia.

REQUERIMENTO N° 755

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura e, a Excelentíssima Senhora Ministra da Economia objetivando a urgente liberação de recursos para garan-

tir o abastecimento de sementes de trigo, em forma EGF, para a safra de inverno que está por se iniciar na região, apoiando reivindicação feita pela COCAMAR - Cooperativa dos Agricultores e Agropecuaristas de Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Segundo declarações prestadas à imprensa, pelo Presidente da COCAMAR, haverá falta de sementes de trigo para a safra de inverno que se inicia neste mês de abril.

Os resultados obtidos com produção de trigo ajudam a custear as despesas do próximo plantio de soja e, como os agricultores não receberam ainda o PROAGRO, em sua maioria, não tiveram condições de executar um preparo satisfatório do solo.

Assim sendo, caso não haja a liberação de recursos os prejuízos serão brutais, acarretando uma crise geral na economia da Região Noroeste do Estado.

REQUERIMENTO N° 756

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, objetivando estudos através dos órgãos competentes, para firmar convênio com os municípios banhados pelo Rio Pirapó, para o reflorestamento de suas margens.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O reflorestamento da mata ciliar da Bacia do Rio Pirapó compreende uma real necessidade, haja vista que o mesmo é a fonte de abastecimento de água para a população de Maringá, e ao longo de todo o seu percurso é utilizado para a irrigação do solo.

As suas águas estão se tornando cada vez mais poluídas e barrentas, fruto da devastação das matas que protegem as suas margens, bem como pelo alto grau de poluentes carregados para o seu leito, entre os quais, defensivos agrícolas e até esgotos sanitários, razão pela qual se faz necessário a realização de uma frente de reflorestamento, abrangendo todos os municípios banhados pelo referido rio.

A medida é, portanto, necessária e urgente, merecendo a atenção dos setores responsáveis do Estado.

REQUERIMENTO N° 757

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secre-

tário de Estado do Trabalho e da Ação Social, solicitando a viabilidade de destinação de recursos para a construção de um Centro Comunitário a ser edificado no Jardim Nova Paulista, em Sarandi, conforme projeto em anexo elaborado pela Prefeitura Municipal daquele Município.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos do Jardim Paulista e Nova Paulista "São Remo e Dom Bosco", que congrega destacado número de famílias residentes em Sarandi, está a necessitar de um Centro Comunitário a ser construído no Jardim Paulista, conforme Projeto em anexo.

A importância dos Centros Comunitários faz-se indispensável na atualidade em que vivemos, seja como imposição do progresso e da cultura de uma coletividade, seja como ponto escolhido para o lazer e união das famílias que, irmanadas trabalham para a ascensão do Município.

REQUERIMENTO N° 758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Direção da Rede Ferroviária Federal RFFS/A, objetivando a viabilidade de se promover estudos para a construção de uma passagem de nível, no Km 323.965 da linha Ourinhos a Cianorte, no trecho Marialva/Sarandi.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador Carlos Birches Sebrían - Câmara Municipal de Sarandi.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

Ofício n° 124/91, da Câmara Municipal de Sarandi e cópia de abaixo-assinado da comunidade.

REQUERIMENTO N° 766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Senhor Osmar Dias, solicitando cópias dos Convênios de Construção dos Terminais de Calcário localizados em Araucária, Cianorte, Guaruva e União da Vitória.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 771

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante firma o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário,

rio, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, pleiteando para que sejam tomadas as providências necessárias para que a estrada asfaltada NZ-1 que liga o Município de Missal ao município de São Miguel do Iguaçu, construída pela Itaipu Binacional, seja integrada à malha rodoviária do Estado do Paraná, para efeitos de manutenção e de conservação.

Requer, igualmente, do aprovado, seja comunicado a Câmara Municipal de Missal e São Miguel do Iguaçu, como também, os Prefeitos das duas cidades.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia NZ-1, que liga os municípios mencionados no corpo do requerimento ora justificado, é uma rota de importância inquestionável para as necessidades do extremo-oeste paranaense, e com um tráfego intenso de veículos que apoiam e escoam a volumosa produção agrícola regional aos centros processadores e consumidores, além de ser via constante da demanda de turistas do norte do País às Cataratas do Iguaçu. E, ainda, a estrada das comunidades locais em busca de seu lazer junto as muitas praias artificiais formadas pelo Reservatório da Itaipu-Binacional, para as quais a rodovia em apreço dá o acesso.

A nossa propositura já abalizada com as razões acima, está ainda consubstanciada com a mais qualificada manifestação da douta Câmara Municipal do Município de Missal, a qual, por seus pares, justificam o ora pleiteado.

REQUERIMENTO N° 772

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das faculdades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a manutenção da Agência de Rendas do Município de São Miguel do Iguaçu, pelas razões adiante apresentadas.

Requer, do aprovado, seja encaminhado, comunicação ao ilustre Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Com uma atividade econômica firmada, na agropecuária e com uma condição geográfica peculiar, o município de São Miguel do Iguaçu, projeta-se cada vez em seu desenvolvimento assumindo posições representativas dentro do pólo econômico, que é, hoje, o Oeste do Paraná.

As peculiaridades dessa Unidade Municipal são consideráveis e se distinguem de outros municípios, destacando-se:

a) a invejável situação de deter a maior área com confrontação com o Reservatório da Itaipu Binacional;

b) a condição de receber o maior volume de "royalties" a serem pagos pela Itaipu Binacional;

c) a posse da única agência do Banco do Brasil do Estado do Paraná, com a atribuição da Classe "A";

d) as melhores terras agrícolas com os mais positivos índices de produção do País;

e) a diversificação de suas formas de culturas agrícolas que forçam o melhoramento da microeconomia regional;

f) a implantação de tanques-redes (iniciativa pioneira no Brasil), com o aproveitamento do potencial aquático do Reservatório da Itaipu Binacional para o desenvolvimento da atividade comercial do pescado;

g) o parque industrial com uma área de 135.000 m. em constante expansão, em virtude do crescimento que registra a atividade industrial.

Diante do exposto e outros, entendemos que as autoridades a serem oficiadas entenderão que é inaceitável e não cabível prejudicar uma população economicamente ativa, obrigando-a a deslocar-se para município adjacente para atender os compromissos com o Estado.

Ressalta-se, ainda, que o novo prédio da Agência de Rendas já está em fase de conclusão.

REQUERIMENTO N° 773

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais,

CONSIDERANDO-SE a notória crise verificada nas Universidades Estaduais do Paraná;

CONSIDERANDO-SE que essa crise se reflete na totalidade da população paranaense;

CONSIDERANDO-SE que a forma adequada para a solução da presente crise é o diálogo franco e direto,

REQUEREM o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando a adoção de imediatas providências no sentido da reabertura de negociações com os setores representativos da comunidade universitária, objetivando a solução da crise vivida pelo ensino superior estadual, para bem não só da comunidade universitária, mas do povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(aa) NELSON GARCIA, DOMINGOS CARVALHO, LOURENÇO FREGONESE, BASÍLIO ZANUSSO, ARLINDO TROIAN, OVÍDIO CONSTANTINO, PAULO MAIA, JOÃO ISENSEN, ALCEU SWAROWSKI,

NELSON JUSTUS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES,
DR. ROSINHA, DALTON MACHUCA,
ADEMAR TRAIANO, EMÍLIA BELINATI,
HERMAS BRANDÃO, ÉLIO RUSCH,
HEINZ HERWIG, COSTENARO NETO,
JOÃO ARRUDA, ALBINO CORAZZA,
MÁRIO BEZERRA, ROSSONI e 1 ilegível.

REQUERIMENTO N° 776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando a inclusão no Decreto n° 7303, datado de 25.09.90, publicado no Diário Oficial à página 04 da mesma data, a determinação de que o transporte de trabalhadores rurais seja efetuado através de ônibus ou similar, e que seja estendido a todos os trabalhadores, sem exceção.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) LUIZ CARLOS ABORGHETTI

Apoiamento: NELSON JUSTUS, ROSSONI e LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação objetiva estabelecer mecanismos para proteger também os trabalhadores das indústrias da construção de estradas, pavimentação, pontes, portos, canais, barragens, aeroportos e outros.

Ainda prende-se ao fato de acatar o ofício da SINTRAPAV cuja preocupação vem da constatação de que trabalhadores são transportados habitualmente em caminhões, sem as mínimas condições de segurança.

Neste sentido, tal medida viria sanar possíveis problemas mais graves a que estão sujeitos tal parcela de preocupação do nosso Estado. Saliencia-se ainda que a emenda proposta vise ampliar mecanismos de segurança e não restringi-los como consta do decreto citado no teor do presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, solicita o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, para as devidas providências no sentido de sanar, com a máxima urgência, o problema grave do Instituto Médico Legal da cidade de Londrina, o qual necessita com urgência de recursos materiais e humanos.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Com o Governo passado, não obtivemos certa atenção do IML de Londrina. Esperamos contar com a colaboração do atual no

sentido de resolver problemas de dezenas de pessoas que perdem um ente querido, as quais têm dificuldades para a liberação dos corpos para sepultamento. Sentimos que um órgão de tal importância, esteja mal estruturado na cidade de Londrina, que é a segunda do Paraná e a terceira do Sul do País, além do que convergem pessoas das cidades circunvizinhas.

REQUERIMENTO N° 778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Ministro da Aeronáutica, Comandante do 5° Comando Aéreo Regional de Canoas-RS, Roberto Requião, Governador do Estado, Sr. Mário Pereira, Vice-Governador do Estado e Secretário dos Transportes e ao DAC - Departamento de Aviação Civil, para que determinem a construção de um aeroporto regional, incluindo edificações, instalações e equipamentos especializados, destinados a pouso e decolagem de aeronaves de grande porte, em área próxima ao Distrito Sede Alvorada, nas imediações da Rodovia BR-467, que liga os municípios do Extremo Oeste do Estado, que tem muitas dificuldades para o uso do transporte aeroviário em consequência da distância até Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresentamos, se faz necessário para que as autoridades competentes, definam o mais rapidamente possível a área onde o aeroporto regional deverá se localizar nas imediações do distrito da Sede Alvorada, município de Cascavel, nas proximidades da BR-467, que liga os municípios de Cascavel e Toledo. E uma vez determinada a área, determinem os estudos para a viabilização imediata do início das obras do Aeroporto, com todas as suas edificações, instalações e equipamentos especializados, que permitam pouso e decolagem de aeronaves de grande porte.

Na condição de Deputado Estadual e representante da Região Oeste do Paraná, sabemos perfeitamente que a construção do aeroporto citado é viável e suficientemente rentável para operar com linhas normais face a grande demanda e procura por tal meio de transporte por parte da população que reside, trabalha e produz riquezas nos municípios que serão beneficiados.

Senão vejamos, os municípios a seguir relacionados: Cascavel, Toledo, Mal. Cândido Rondon, Palotina, Nova Santa Rosa, Terra Roxa, Guaíra, São José das Palmeiras, Vera Cruz do Oeste, Céu Azul, Assis Chateaubriand, Tupãssi, Ouro Verde do Oes-

te e mais Nova Aurora, Formosa do Oeste, Jesuítas, Cafelândia, Corbélia, Braganey, Ubiratã, Campina da Lagoa, Altamira do Paraná para citar estes mais diretamente beneficiados, somam uma população de aproximadamente 700.000 habitantes. Economicamente, somente os municípios acima representam mais de 5% (cinco por cento) do total da arrecadação do ICMS no Estado do Paraná; ressalta-se ainda, de acordo com informações fornecidas pela Receita Federal, os municípios acima geraram uma arrecadação de mais de Cr\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) em tributos federais em 1990.

Outrossim, o Oeste do Paraná pelo trabalho de seu povo é considerado o celeiro do Brasil, visto a acentuada produção agrícola e elevada pecuária, o que proporciona a sua condição de maior produtor de grãos e pecuária no Estado e no País.

Ainda cabe ressaltar, para melhor compreensão e justificativa da construção do aeroporto regional ora solicitado, que a Região Oeste do Paraná, além do forte cooperativismo ali consolidado, destaca-se também pelo volume de indústrias de transformação ali instaladas, que têm negócios e vendas não somente na região oeste e no próprio Estado, como também em outros Estados da Federação e no Exterior.

Para exemplificar, citamos somente um frigorífico instalado na região, mais precisamente no município de Toledo, FRIGOBRA SÁDIA, que emprega mais de 4.500 pessoas diretamente na produção, e exporta seus produtos para inúmeros países, e é considerado o maior frigorífico da América Latina, cujo Grupo Sadia tem indústrias em diversos outros Estados do nosso País e a sede administrativa do grupo hoje é sediada em Toledo.

Na certeza da aprovação do nosso requerimento pelos nobres Deputados, pelo que agradecemos, queremos dizer, se definida a construção do aeroporto regional, muito, mas muito mesmo a região será beneficiada e em consequência beneficiando o povo e o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 764

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, visando a liberação de recursos financeiros para a construção de passarela na Escola Estadual Professora Maria Ignácia, ensino de 1° Grau, localizada na municipalidade de Rebouças.

De conformidade com a iniciativa da Diretora daquele educandário, Ana Maria

Padilha Rodrigues, manifestada em correspondência que segue, trata-se de uma antiga solicitação, cuja obra quando realizada ligará os seus dois blocos, proporcionando conforto e segurança a seus frequentadores.

Em face do exposto, aguarda-se um pronunciamento favorável à aludida questão.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com fulcro no que preceitua o Regimento Interno deste augusto Poder Legislativo, REQUER às instituições financeiras supracitadas, o seguinte pedido de informações:

01. Quais os valores, em cruzeiros, aplicados pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA, no BANESTADO e no BADEP? Demonstrar, mês a mês, desde 18 de março de 1987 até 31 de março de 1991;

02. Fornecer quadros demonstrativos mensais, das aplicações diárias neles constando, por coluna:

- a. data;
- b. valores aplicados em cada banco;
- c. taxas adotadas por cada banco;
- d. taxas fornecidas pelo Banco Central;

03. Quais razões determinaram a APPA a aplicar o superávit da Receita Portuária no BANESTADO e no BADEP?

04. Quem era o Superintendente da APPA quando referidas aplicações tiveram início?

05. As aplicações financeiras, objeto do presente pedido, foram embasadas em algum ato governamental que as autorizasse?

06. Qual o crédito, hoje, disponível nas instituições financeiras citadas em favor da APPA?

07. Na hipótese de inexistir o necessário ato governamental para as operações financeiras com o BANESTADO e com o BADEP, qual a justificativa para o procedimento e a que interesse maior baseou-se a autoridade para tal prática?

08. Estabelecendo-se comparação entre os índices praticados pelo BANESTADO, BADEP e BANCO CENTRAL e os contabilizados pela APPA, informar se a administração portuária sofreu prejuízos. Caso afirmativo, em quanto montaram os prejuízos desde o início das operações até a presente data?

09. Na eventualidade de o BANESTADO e o BADEP, nas operações financeiras com a APPA terem adotado índices inferiores aos do BANCO CENTRAL (caso afirmativo) esclarecer o porquê, e por ordem de quem.

10. Se forem confirmados os prejuízos causados à APPA nas operações financeiras

em objeto, dizer: a quem cabe a responsabilidade de assumi-los; e, em consequência, do ressarcimento do valor apurado ao longo do tempo em que as operações se verificaram?

11. Agora, com a extinção do BADEP, a que órgão governamental passou a responsabilidade de saldar com a APPA o débito existentes e até mesmo de responder pelos prejuízos?

É o pedido de informações.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoio: Ademar Traiano, Nelson Justus, Mário Bezerra, Rossoni, João Iensen e Nelson Garcia.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 26/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Tupãssi, para que a população decida sobre a criação do município de JOTAESSE.

"Divisa Norte/Oeste - com o município de Tupãssi, assim descrita: inicia pelo Rio Verde ou Boi Picuá, seguindo em linha reta, leste/oeste, até a estrada Palmitópolis, segue estrada Palmitópolis à estrada Central, desce estrada Central ao ramal RS 027, sobe Ramal RS 027 ao encontro do Rio Horizonte, do Rio Horizonte à estrada Horizonte na altura da ponte, descendo a estrada Horizonte até o encontro da estrada denominada RS 060, desce a estrada denominada RS 060 passando pelo ramal RS 029 ao encontro do Rio Memória ou Rio Silvestre, do Rio Memória ou Rio Silvestre à ponte da estrada Paraguai, segue estrada Paraguai ao encontro do ramal denominado RS 032, desce ramal denominado RS 032 cruzando estrada municipal até o encontro da divisa seca com o município de Toledo.

Divisa Leste - com os municípios de Nova Aurora e Cafelândia, feita pelo Rio Verde ou Rio Boi Picuá.

Divisa Sul - divisa seca com os municípios de Cascavel e Toledo."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

A população residente no distrito de Jotaesse, município de Tupãssi, manifesta seu desejo pela independência político-administrativa, conforme documento firmado em mais de 100 assinaturas de eleitores residentes e domiciliados na área interessada.

Para apresentação do presente projeto

de resolução, foi preenchido o requisito exigido pela Constituição Estadual em seu art. 19, § 2°; pelo "caput" do art. 3° da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991, e pelo "caput" do art. 237 do Regimento Interno, qual seja, a representação subscrita por, no mínimo, 100 eleitores com firma reconhecida.

A comprovação da existência de eleitorado superior a 20% da população e de centro urbano formado por mais de 300 casas, conforme documentos anexos, preenchem as exigências estabelecidas nos incisos II e III do Art. 2° da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991.

O distrito de Jotaesse, formado também pela localidade de Brasiliana, é constituído por uma população superior a 5 mil habitantes, e possui todas as condições para decidir sobre a criação do município de Jotaesse.

PROJETO DE LEI N° 137/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o CENTRO DE JARDINAGEM E ARTE FLORAL DO PARANÁ - CEJARTE, entidade civil e cultural sem fins lucrativos, com sede em Curitiba-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1986, o CEJARTE tem dirigido os seus objetivos na formação de jardineiros profissionais e amadores e à conscientização pública, de conhecimento e respeito à ecologia.

É notória a colaboração que empresta o nível de sociedade no desempenho de suas atividades, externamente profícuas nesse seu primeiro quinquênio de existência.

PROJETO DE LEI N° 138/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o LAR ESPIRITUAL LUZ, AMOR E VERDADE, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da entidade, tendo em vista seus objetivos filantrópicos, religiosos, com prestação de serviços sociais à comunidade carente, mormente no que tange atendimento médico, com encami-

nhamento a hospitais e acompanhamento posterior.

O referido trabalho é de importância vital à comunidade carente, principalmente da periferia e bairros mais pobres. Para os quais necessita de reconhecimento como entidade de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente. Passa-se ao Horário do Pequeno Expediente.

Com a palavra, o Sr. Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Fui Secretário da Indústria e do Comércio do Município de Maringá durante cinco anos e meio. Vimos uma verdadeira explosão industrial, em torno de 200% sobre tudo o que havia acontecido em nossa cidade de Maringá até então. Levantei as matérias-primas da região e procurei atrair indústrias e fomentar indústrias para a industrialização dessas matérias.

Hoje, como Deputado do Estado do Paraná, nós levantamos também as matérias-primas produzidas no Estado e que são todas elas praticamente exportadas para o exterior e para outros Estados do Brasil. O Paraná produz 3 milhões de pele/ano e industrializamos apenas, no produto final, 2%.

O Paraná produz também 45% da produção nacional do algodão. Apenas industrializamos 5% e na industrialização de fios, apenas 25 mil toneladas/ano. O Paraná contribui a nível nacional com 65% da produção da seda e nada industrializamos.

O Governador Roberto Requião esteve nesta semana, no domingo passado, visitando a que hoje é capital nacional da seda, Gália, no interior de São Paulo. Um investimento que lamentavelmente o Paraná perdeu e se instalou em Gália, através de um dos maiores entendidos no assunto, que é Ari Beraldin, irmão do nosso companheiro Neivo Beraldin, desta Assembléia.

Nós encaminhamos nesta Assembléia e está em fase de estudos junto à Comissão de Constituição e Justiça para uma análise de um projeto que visa dar os incentivos especiais para que aqueles produtos aqui produzidos como matéria-prima, porque levamos em consideração que, após o inchaço de sua capital, o interior de São Paulo foi se industrializar e tem hoje o maior PIB. É superior à capital do Estado.

Daí, Senhores Deputados, nós temos aí um projeto em que queremos a participação da Assembléia do Estado, do Governo, das Prefeituras Municipais, da Universidade de Maringá, das Universidades do Paraná, do SENAI, do SESC, do SESI, enfim, de todos os órgãos, porque queremos fazer com que,

inicialmente, demos preferência para as regiões empobrecidas do noroeste do Paraná, abrangendo a microrregião de Arapongas, de Maringá, de Paranavaí, Campo Mourão e de Umuarama.

Queremos a instalação de escolas profissionalizantes no setor de couro e também no ramo têxtil, porque, como dissemos, nós somos o grande produtor da matéria-prima e enviamos o mesmo para o Estado de Santa Catarina e recebemos de volta em forma de camisetas Hering, Malwee, enfim, de todas as marcas que vocês conhecem.

Nós enviamos o algodão para o Estado de São Paulo e ela volta em forma de Santista, São Paulo Alpargatas e tantas outras empresas que vêm em busca da farta matéria-prima existente no Paraná e nós estamos olhando isto com os olhos vendados.

Há necessidade, companheiros de Assembléia, que nós olhemos para esses problemas, porque na região do Estado de São Paulo, mais conhecida como a Califórnia brasileira liderada por Ribeirão Preto, onde nós desenvolvemos a melhor tecnologia a nível de agricultura; mas nenhuma matéria-prima destas são exportadas para outros Estados.

Enquanto o Paraná continuar exportando a sua matéria-prima jamais conseguiremos resolver nossos problemas sociais, nossos problemas dos famintos, dos bóias-frias. Porque segundo nossos levantamentos que conseguimos na Região de São Paulo, hoje, o salário-mínimo de um trabalhador rural está em torno de 80 a 100 mil cruzeiros. Todos sabem o grande sofrimento do trabalhador rural, mais chamado de bóia-fria do Paraná.

Daí, gente, a necessidade de ser aprovado nesta Assembléia, e está tramitando em mãos de pessoas competentes, como Colombrino Grassano, que foi um grande Prefeito e que industrializou a cidade de Arapongas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado, Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, usando desta tribuna, pronunciei-me sobre a ameaça de despejo que acontecia na Fazenda Pontal do Tigre no Município de Querência do Norte.

Venho, com satisfação, neste dia, resgatar o fato e informar a esta Casa de Leis que queremos saudar a posição e atitude do Governador Roberto Requião, que pediu, na data de ontem, a anulação da ação de despejo da dita Fazenda.

Conversamos com pessoas do Município. Tivemos informações de que a pressão do Grupo Atalla está sendo grande, inclusive, enviando para lá, 17 caminhões e seis ônibus para pressionar que seja efetuado o despejo.

A posição do Senhor Governador baseia-se em três questões. O processo, como já dissemos ontem, de desapropriação da Fazenda está em trâmite na justiça. A lavoura de arroz que está em plena colheita na área. E o ônus que esta operação traria ao Estado.

Embora não apareça entre os argumentos do Governador acreditamos que o que também pesou nesta decisão foi o de que a Fazenda Pontal do Tigre pertencia até então, em tramitação na justiça e colocada à disposição pelo Governo Federal, ao Grupo Atalla, que tem uma dívida de 170 milhões de cruzeiros para o Estado do Paraná.

Hoje era o dia marcado para o despejo. E a preocupação ainda não está acabada em virtude de que ainda não foi sustada a ordem de despejo, apenas o pedido do Governador do Estado através do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Luiz Renato Pedroso, que enviou determinação oficial ao Juiz da Comarca que havia determinado a ordem de despejo.

Está chegando por informações de pessoas daquela cidade um documento do Prefeito Municipal a esta Assembléia para solicitar apoio que o Governo Federal, o mais rápido possível, concretize a desapropriação da área e reassente definitivamente as 250 famílias que lá estão há mais de 3 anos produzindo alimento para si e fazendo progredir o município de Querência do Norte.

O nosso apelo é no sentido de que seja definitivo o cancelamento e que a área em litígio seja o mais breve possível solucionada, para que as famílias possam viver sossegadas.

Quero também agradecer o apoio ao meu pronunciamento de ontem do Deputado Arlindo Troian, que trouxe mais informações esclarecendo este Plenário sobre o fato, e que felizmente, pelo menos, temporariamente está cancelado o despejo das duzentas e cinquenta famílias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos completando oito dias, de greve nas Universidades Estaduais do Paraná.

E quando nós acreditamos que podemos rumar para o diálogo nós vemos a possibilidade de uma intransigência.

Nós estamos vendo que se somam as per-

das das Universidades de setembro a março deste ano, em torno de 144%, e o Governo, ao invés de vir ao diálogo faz a proposta de reposição zero.

Nós sabemos que no Governo passado, dezoito reuniões foram feitas. Neste Governo, quatro reuniões também se realizaram.

Nós temos a convicção e o Paraná inteiro sabe, de que nós não temos uma política na área da educação. Política que define os rumos da educação em todos os níveis.

Nós estamos assistindo hoje, o que nós denunciávamos ao Governo passado quando em audiência, que a estadualização das Universidades e de diversas faculdades do Estado, não traria a solução para o problema da educação do Estado a nível de terceiro grau também. E, naquela oportunidade, o Governador tentava nos jogar contra a iniciativa da estadualização as universidades e faculdades.

Hoje, nós estamos vendo, que simplesmente, está posta aí uma consequência em virtude da vaidade pessoal do ex-Governador Álvaro Dias. Nós vimos a estadualização, mas não pudemos sentir de perto a reforma tributária para garantir a efetiva necessidade, a efetiva qualificação de ensino de terceiro grau.

E a nossa Constituição é bastante clara, quando diz: "As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e o da integração entre os níveis de ensino." Mais adiante diz: "As instituições de ensino superior do Estado, terão recursos necessários à manutenção de pessoal na Lei Orçamentária do exercício, em montante não inferior em termos de valor real ao do exercício anterior".

Ouvimos também a declaração do atual Secretário de Ciência e Tecnologia que ao assumir aquela Secretaria, dizia: - "Queremos o melhor ensino universitário do País".

Parece-me que os homens se perdem no tempo e as palavras ficam no esquecimento, e mais uma vez é o povo quem paga a omissão daqueles que tem a responsabilidade de gerir o processo educacional.

Nós lamentamos profundamente que Sua Excelência, o Governador do Estado, quando há necessidade do diálogo, vem com aquele velho chavão dos Governos autoritários do passado. "Não recebo o pessoal em greve, inclusive reitores".

Nós acreditamos que não é desta forma que nós vamos encontrar o caminho da viabilização deste Estado, através do processo da educação. Não é porque eu possuo a força, não é porque eu tenho o poder de

reprimir que eu devo reprimir.

Nós queremos o diálogo. Nós queremos a grandeza do diálogo. E nós temos a certeza de que através da grandeza do diálogo é que nós vamos chegar, não só no campo da educação, há soluções. Mas, em todos os campos em que se envolve a sociedade paranaense.

Eu peço permissão para falar no tempo destinado ao Partido, Senhor Presidente.

Nós temos que lamentar profundamente que a educação pública, também, a nível de 3º grau, tome este rumo. Quando se quer uma educação de qualidade, determina-se que num prazo de noventa dias tenhamos uma redução de 30% nos investimentos das universidades estaduais do Paraná.

Nós primeiro teríamos que conhecer a realidade na qual se encontram as universidades estaduais do Paraná, para posteriormente, em cima da realidade, nos termos a convicção da possibilidade de redução ou não do investimento de 30%.

Nós temos, neste momento, que parabenizar desta tribuna, a iniciativa do ex-Reitor da Universidade Estadual do Paraná, que era um dos assessores diretos do atual Secretário da Ciência e Tecnologia, o ex-Reitor Fernando de Pontes, pela sua iniciativa de deixar o cargo na Secretaria de Ciência e Tecnologia, quando via que naquela Secretaria, ele estava sendo, apenas, um mero repassador de informações. E assumia, de fato, a sua postura, quando fora da universidade, defendia os interesses da mesma.

Nós temos que nos somar. Nós temos que nos regozijar com atitudes de homens desta envergadura, que não é pelo cargo que mudam suas posturas do passado. Parabéns, Fernando Pontes! Você continua prezando e preservando a sua autenticidade.

As greves das universidades públicas deste Estado, como nas escolas públicas de 1º e 2º graus jamais passaram da necessidade do cumprimento do que estabelece a lei, com relação aos direitos que têm estes servidores nas instituições públicas, que lamentavelmente todo o Governo que entra procura encontrar no trabalhador do serviço público, a justificativa por falhas existentes em Governos passados.

As universidades brasileiras estão parando. Nós temos a certeza que aqueles Deputados comprometidos com a educação estão assinando requerimento que tramita, nesta Casa, solicitando a Sua Excelência o Governador, para que abra o diálogo, para que cheguemos ao fim desta manifestação justa do trabalho das universidades públicas deste Estado. E nós temos a certeza de que neste Estado não há de se perpetuar a força ao invés do diálogo. Queremos que prevaleça o diálogo ao invés da demonstração de força de quem quer que seja, que

ocupe os cargos de decisão deste Estado.

E nós temos a certeza de que este é o caminho que os professores e que a administração das universidades, neste momento, procuram, para que desta forma não se procure denegrir ainda mais a educação, que vive em estado de miséria, a educação que está vivendo de "chapéu na mão", a educação que continua sendo representada, sendo tratada, com o desrespeito lamentável daqueles que têm o poder de decisão.

Nós queremos que, neste momento, prevaleça o diálogo acima da força do Poder!

O Sr. Dobrandino da Silva - Vossa Excelência me permite um aparte?

Nobre Deputado Paulo Maia, já participamos de uma reunião com os diretores da universidade do Oeste, juntamente com o Secretário de Ensino Superior, conversamos e inclusive ele nos colocou a posição do Governo. Nós não sabíamos que ele tinha falado com o Governador, de um estudo que está se fazendo para atender as reivindicações dos professores. Mas hoje já esteve a comissão de Diretores conversando com o Líder da nossa Bancada, e eu conversei com o Deputado Pessuti para que os atendesse, e está marcado com o Chefe da Casa Civil, às 6 horas da tarde, para que os Diretores lá estejam e possivelmente serão atendidos pelo Governador.

Há esta disposição, eu quero dizer ao nobre Deputado que vem fazendo um esforço muito grande nesta área, que o diálogo não está cortado, nós estamos fazendo tudo e temos certeza que nas próximas horas vamos conversar com o Governador, juntamente com os Diretores e Reitores das escolas universitárias.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço as colocações de Vossa Excelência e tenho a esperança de que, de fato, prevaleça o diálogo acima de medição de forças. E que o Paraná não pague, mais uma vez, pela paralisação devido à intransigência de qualquer um dos lados!

Nós temos certeza que o Governador do Paraná, ao procurar o diálogo ele está procurando a solução que o Paraná espera nos movimentos, como dizia há pouco o companheiro Ovídio e ontem também o nobre Deputado Arlindo Troian, ao levantar o problema de Querência do Norte.

Nós temos certeza que é desta forma que o Paraná vai acertar, porque também nós nos solidarizamos com a iniciativa tomada pelo Governador com relação ao despejo do pessoal.

E se ele procura o diálogo é o que nós queremos, porque o que estes trabalhadores querem nada mais é do que a garantia dos seus direitos, tendo infelizmente, que vir

às ruas!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Pares.

(Lê):

Antes de referir-me especificamente ao encaminhamento de um pedido de informações à Secretaria de Estado dos Transportes e Administração dos Portos, a propósito de aplicações financeiras no Banestado e BADEP, vou-me permitir fazer algumas consideração a respeito do principal terminal de cargas do Estado do Paraná.

Pela Legislação Federal em vigor as tarifas nos Portos organizados foram estabelecidas a partir de 1934 e têm sido atualizadas em decorrência da inflação e de tantos outros fatores econômicos ... elas têm apenas uma destinação: atender todas as despesas de custeio (pessoal, material, serviços de terceiros, encargos diversos), nada mais.

Referida legislação não permite que os concessionários - caso dos portos de Paranaguá e Antonina - possam investir.

Essa prerrogativa fica deferida ao Governo Federal que possui "Fundos" específicos.

Concordo que essa legislação precisa ser repensada, reavaliada, atualizada e reescrita. Afinal, no raciocínio dos legisladores de 1934, a dinâmica da operação portuária não era a de nossos dias, como não eram os navios cargueiros e muito menos a pauta dos produtos movimentados.

Essa legislação não aceitava o superávit. Porto Superavitário implicava na redução da tarifa. Se, a administração dos Portos adquirisse algum bem de natureza permanente (mais de dois anos de vida útil) seu custo era glosado e o concessionário no caso a APPA, era compelida a explicar aos tomadores de contas.

Durante todo o tempo da concessão ao Paraná, jamais aconteceu uma redução tarifária. O que aconteceu foi o seu congelamento, ao tempo em que era superintendente o Senhor Arthur Miranda Ramos e Ney Braga, o Governador do Estado.

Como Paranaguá possui o Porto superavitário e, isso é raro no Brasil, seus administradores, dentro da ciranda financeira vivida pelo País até o início do Governo Collor, resolveram aplicar importante parcela de seu superávit em duas instituições: BANESTADO e BADEP.

Sobre as aplicações no BANESTADO não há o que comentar. Todavia, as aplicações no BADEP causam espécie posto que já se discutia a respeito da saúde financeira da

instituição.

A partir daí, ficaram muitas dúvidas. Dúvidas que se transformam em cobrança. Sempre que chego na minha cidade sou instado a cobrar informações.

Portuários que não podem se identificar fazem o mesmo, duvidando da correção das taxas pagas por aquelas instituições à APPA se comparadas com os registros do Porto e até com a remuneração paga pelo Banco Central.

Corroborando este tipo de afirmação, o ex-Superintendente da APPA fez inúmeras acusações pela imprensa, fato que determinou a instalação, pelo Superintendente João Ayres Pinheiro de uma Comissão de Sindicância destinada a apurar "Denúncias feitas pelo ex-Superintendente Doutor Nilo Lázaro Abud, em seu pronunciamento de 08.12.90.

Essa Portaria da APPA foi publicada em Diário Oficial datado de 12 de março de 1991...

Até agora não se conhece o resultado dela.

Diante desse fato e cumprindo o dever de fiscalizar, na condição de representante de Paranaguá como Cidade/Porto, é que me obrigo a encaminhar o presente Pedido de Informações.

Seu destino: Secretaria de Estado dos Transportes e Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Deixo claro que nada tenho contra a atual administração, muito bem entregue ao Doutor Mário Marcondes Lobo, sabidamente um homem competente.

Da mesma forma, não me abala nada que não seja a apuração da verdade.

Também não é um documento contra o atual Governador e sua equipe.

A intenção, repito, é apenas dar conhecimento ao Paraná, da verdade sobre procedimentos administrativos cuja lisura têm sido discutida.

(Lê Requerimento n° 770, que se encontra no Expediente).

Este é meu pedido de informações e eu peço aos Senhores Deputados que colaborem com a administração de Roberto Requião, com a administração de um governo aberto, transparente, e votem junto com este Deputado o pedido de informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Carlos Simões.

(Declina).

Passamos ao Horário das Lideranças.

PMDB com a palavra. (Declina).

PDT com a palavra. (Declina).

PFL com a palavra. (Declina).

PTB com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem alguns requerimentos de minha autoria para a área de segurança de Londrina, Ibiporã, Cambé, Rolândia, passaram nesta Casa e hoje estou entrando com um requerimento que é uma preocupação constante de minha cidade: o Instituto Médico Legal.

No Governo passado não tivemos uma certa atenção ao Instituto Médico Legal de Londrina. Estou pedindo, ao Governador do Estado do Paraná, recursos humanos. Recursos materiais e humanos. Isto venho pedindo desde a época de Vereador. Quatro anos como Vereador, quatro anos como Deputado e agora mais quatro anos como Deputado. O Instituto Médico Legal de Londrina passa por problemas seriíssimos. E eu quero contar com a colaboração do atual Governo Roberto Requião no sentido de resolver o problema de dezenas de pessoas que às vezes perdem um ente querido e tem uma série de dificuldades para a liberação dos corpos para o sepultamento.

Sinto que um órgão de tal importância esteja mal estruturado na cidade de Londrina, que é a segunda do Paraná e a terceira do Sul do País. E o nosso Instituto atende não só Londrina, mas atendemos toda aquela microrregião. Vem corpos de todas as regiões para o IML de Londrina.

Sei que Curitiba também passa por problemas. Mas acho interessante, ontem recebi um expediente da Vereadora Mangoni e ele me retratava, no mesmo, o desespero porque passa o Instituto Médico Legal de Londrina. Então vamos fazer um expediente ao Senhor Governador para que envie, faça uma estruturação melhor. Como está sendo feito na Capital, vamos fazer na segunda cidade mais importante do sul do País que é a cidade de Londrina.

Estou requerendo também um envio de expediente ao Governador do Estado solicitando a inclusão no Decreto 7303, datado de 25 de setembro de 1990, que determina condições para o transporte dos trabalhadores rurais. Todos os trabalhadores rurais, segundo este decreto, Senhores Deputados, são obrigados a andar de ônibus, não mais em caminhões como porcos, como animais.

Este decreto que foi publicado no dia 25 de setembro na página quatro do Diário Oficial, determina que o transporte de todos os trabalhadores rurais do Estado do Paraná deve ser efetuado através de ônibus ou similar. Mas eu estou pedindo que seja

estendido, também, a todos os trabalhadores sem exceção, a minha solicitação nesta tarde é para proteger, também, os trabalhadores das indústrias, da construção de estrada, pavimentação, pontes, portos, canais, barragens, aeroportos e outros. Eu recebi ontem um ofício da SINTRAVE, que é um sindicato que está se preocupando com os trabalhadores das indústrias da construção das estradas. Esses trabalhadores são carregados em caminhões, de uma maneira horrível, pecaminosa, de uma maneira que acredito seja imbecil, idiota, no século que estamos atravessando e no mundo que estamos vivendo. Se já temos um decreto obrigando que o bóia-fria, que os trabalhadores rurais sejam levados para seu local de trabalho através de ônibus, eu estou pedindo ao Governador que faça uma modificação nesse decreto e coloque, também, além dos trabalhadores rurais outros trabalhadores sem exceção, porque o ofício da SINTRAVE cuja preocupação é uma constante de que trabalhadores desse sindicato são transportados habitualmente em caminhões sem as mínimas condições de segurança. Neste sentido esta medida que eu peço ao Governador do Estado viria a sanar possíveis problemas mais graves a que estão sujeitos essa parcela de trabalhadores no Estado do Paraná.

E saliento, ainda, aos Senhores Deputados que essa emenda, proposta que faço nesta tarde, visa ampliar mecanismos de segurança, e não restringi-los, como consta o decreto citado no meu requerimento, quer dizer, o objetivo é fazer com que outros trabalhadores também tenham o direito de andar de ônibus, não só o bóia-fria, os trabalhadores rurais, porque os trabalhadores da indústria que estão construindo estrada, estão construindo aeroportos, pontes, canais, etc., tanto o Sindicato da SINTRAVE como eu, nós estamos acompanhando que eles estão sendo levados em caminhões como animais.

Eu gostaria do apoio nesta Casa nesses dois requerimentos que eu encaminho a Sua Excelência o Governador Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O PT com a palavra.

Declina.

PL, PSDB.

Declinam.

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza,

constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 105 e 29/91.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 105/91, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 13/91), que aprova crédito suplementar alterando o vigente orçamento da Secretaria da Educação no valor de Cr\$ 2.167.451.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 29/91, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 06/91), que dispõe sobre aprovação de crédito suplementar ao vigente Orçamento Geral do Estado no valor de Cr\$ 1.160.155.000,00 (hum bilhão, cento e sessenta milhões, cento e cinquenta e cinco mil cruzeiros), para construção do ambulatório médico do Hospital Universitário de Londrina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n.º 10, de 27.02.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 029/91

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 006/91, dispõe sobre a aprovação de crédito suplementar ao vigente Orçamento Geral do Estado no valor de Cr\$ 1.160.155.000,00 (Hum bilhão, cento e sessenta milhões, cento e cinquenta e cinco mil cruzeiros), para construção do Ambulatório Médico do Hospital Universitário de Londrina.

De acordo com o art. 133, § 9º, da Constituição Estadual, a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, quer seja, a toda despesa deve corresponder uma receita; não se inclui nesta

proibição, de acordo com a segunda parte do mesmo dispositivo acima mencionado, a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da Lei.

De acordo com o art. 134, § 1º, I, da Constituição Estadual, os projetos de lei relativos ao Orçamento Anual serão apreciados pela Assembléia Legislativa, cabendo às Comissões Técnicas examinar e emitir parecer sobre os mesmos.

Assim sendo, não havendo óbices constitucionais à tramitação deste projeto nesta Casa de Leis nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 029/91

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 006/91, dispõe sobre a aprovação de crédito suplementar ao vigente Orçamento Geral do Estado no valor de Cr\$ 1.160.155.000,00 (hum bilhão, cento e sessenta milhões, cento e cinquenta e cinco mil cruzeiros), para a construção do Ambulatório Médico do Hospital Universitário de Londrina.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Motivo de apreciação por esta Comissão de Finanças, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favoravelmente, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 06.03.91.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente

(a) NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.º 029/91

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 006/91, dispõe sobre a aprovação de crédito suplementar ao vigente Orçamento Geral do Estado no valor de Cr\$ 1.160.155.000,00 (hum bilhão, cento e sessenta milhões, cento e cinquenta e cinco mil cruzeiros), para a construção do Ambulatório Médico do Hospital Universitário de Londrina.

Sobre a matéria houveram os pronunciamentos favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Motivo de apreciação por esta Comissão de Saúde Pública, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favoravelmente, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 06.03.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

Presidente

(a) EMÍLIA BELINATI

Relatora

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 22/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que declara de Utilidade Pública o Departamento Educacional e Social da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Vossa Excelência não está seguindo a pauta dos projetos publicada. É que estamos com dificuldade de localizar o projeto que está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora, projeto n° 01 da Ordem do Dia, folha 01.

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 62/91, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual "Gil Stein Ferreira", com sede e foro na cidade de Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 65/91, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que institui o Dia Estadual Comemorativo da Categoria dos Vigilantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 83/91, de autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que concede Título de Cidadania Benemérita do Paraná ao Senhor Ary Grillo de Souza Lobo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Resolução n° 23/91, de autoria do Deputado-NILTON CÉSAR, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Água Boa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 10/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 03/91), que dá nova redação ao artigo 4° da Lei n° 4.529 e ao artigo 7° da Lei n° 5.515 (Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE). Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F., por maioria. Com PARECER FAVORÁVEL da C.T.C. (ratificando parecer da C.F.), pela apreciação em Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 04, de 18.10.90 - Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 010/91

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 03/91, o Projeto de Lei em exame, objetiva dar nova redação ao art. 4°, da Lei n° 4.529, e ao art. 7°, da Lei n° 5.515, transferindo a administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico - F.D.E., gerido desde a sua criação em 12 de janeiro de 1962 pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BA-DEP, ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, Sociedade de Economia Mista e Banco Comercial.

Procedida à diligência deferida em parecer aprovado desta Comissão, apenso ao presente processo e, tomado o depoimento do Administrador da massa liquidanda do BADEP, Senhor Moacir Hércules de Souza, para fins de esclarecimentos sobre os efeitos da transferência do Fundo de Desenvolvimento, objeto da presente proposição, no caso de liquidação ou de levantamento de liquidação extrajudicial do BADEP, temos a relatar:

I - que a questão da liquidação extrajudicial do BADEP, não foi suficientemente explicada pelo liquidante que alegou não dispor, na oportunidade, dos elementos necessários para fundamentar tal decisão, elementos estes que só serão determinados ao término do balanço patrimonial da instituição, ainda em fase de elaboração;

II - que o liquidante admitiu que poderá não ser concluído o processo de liquidação, existindo a possibilidade do BADEP voltar a operar, retomando as suas atividades normais;

III - que no regime de liquidação, o F.D.E. passa a ser administrado pelo liquidante, mediante autorização do Banco Central, conforme declarações prestadas pelo depoente, evitando assim criar impedimentos de ordem legal para transferência do Fundo ao BANESTADO, pois no momento da decretação da liquidação do BADEP, ficou imobilizado o ativo e o passivo da insti-

tuição, por força da Lei Federal n° 6.024;

IV - que na hipótese do levantamento da liquidação do BADEP, a transferência do F.D.E., implicaria em consequências negativas sobre o próprio aparelho estatal, haja vista a diminuição causada na capacidade de captação de recursos junto ao Governo Federal, recursos estes que incrementariam as atividades produtivas do Paraná, gerando tributos, renda e por conseguinte desenvolvimento, finalidade principal da existência do BADEP;

V - que a presente matéria possui estreita relação com o Projeto de Lei Complementar à Constituição do Estado do Paraná de n° 077/91, em tramitação processual legislativa nesta Casa, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Caíto Quintana, que objetiva regulamentar o disposto no artigo 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, necessitando ambas as iniciativas, de serem apreciadas pela Comissão de Finanças desta Assembléia Legislativa, em cumprimento do preceituado no artigo 33, § 3°, do Regimento Interno, para manifestação sobre as consequências dos atos na atividade financeira do Estado.

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça, é de parecer **CONTRÁRIO** à proposição, opinando pela sua **REJEIÇÃO**, por entender que a transferência da Administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, para o Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, é inoportuna até que o processo de liquidação extrajudicial seja definido ou criados mecanismos para o perfeito gerenciamento do Fundo, a fim de que o desenvolvimento do Estado não seja prejudicado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 03.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 010/91

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo

Mensagem n° 03/91

Trata o presente Projeto de Lei n° 010/91, de transferência da administração do Fundo de Desenvolvimento - FDE, do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S/A - BADEP, ora em processo de liquidação extrajudicial, para o Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, mediante nova redação aos artigos 4°, da Lei n° 4.529/62,

e 7° da Lei n° 5.515/67, alterado pelo artigo 2° da Lei n° 7.429/80.

Considerando-se que o BADEP, atual gestor do FDE, encontra-se em processo de liquidação extrajudicial, tendo como liquidante o Senhor Moacir Hércules de Souza, preposto do Banco Central do Brasil, que embora seja pessoa idônea, técnico bancário de competência comprovada, não vemos no mesmo os requisitos necessários para a gestão de tão importante Fundo, qual seja o conhecimento das prioridades e necessidades de Governo para o desenvolvimento do Estado do Paraná. Mesmo que o processo de liquidação do BADEP não seja concluído e o Banco volte a operar, o Paraná já estaria perdendo, face à incerteza quanto a esse fato, pois na melhor das hipóteses, o nosso Estado ficaria alguns meses sem que o Fundo seja operado satisfatoriamente.

Considerando que o Estado do Paraná conta com uma instituição sólida, capaz de atender de forma tranqüila à gestão do FDE, não haveria necessidade de aguardarmos a solução do processo de liquidação do BADEP, que hoje, conforme declarou o seu liquidante, é uma incerteza, atrasando, sabe-se lá por quanto tempo, uma decisão de suma importância para o Paraná.

Considerando que a proposta enviada pelo Poder Executivo estabelece um conselho para definir os investimentos com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Econômico, com a participação dos representantes do Governo Estadual, do Banco do Estado do Paraná, da Universidade Federal do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado e da Federação da Indústria do Paraná, as duas últimas entidades das mais sérias e diretamente interessadas no assunto, quando reiteramos, caso permaneça a situação atual, por não se poder precisar qual solução será dada ao BADEP, o Estado do Paraná estaria perdendo tempo precioso.

E ainda, considerando que a transferência do gerenciamento não acarretará aumento de despesas e, estando os aportes previstos para o FDE já assegurados, somos de parecer **FAVORÁVEL** à aprovação do presente projeto de lei, que se encontra em condições de discussão em Plenário.

Sala das Sessões, em 03.04.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

CLEITON KIELSE

Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI N° 010/91

P A R E C E R:

Esta Comissão, chamada a opinar sobre o Projeto de Lei n° 010/91, que altera a

reção do artigo 4º da Lei nº 4.529 e da Lei nº 5.515, **RATIFICA** o parecer apostado pela Comissão de Finanças pela apreciação da propositura em Plenário.

Sala das Comissões, em 04.04.91.

(aa) **NILTON BARBOSA**

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

Em discussão.

O SR. NELSON JUSTUS - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Seria de certa forma até um pouco ingenuidade minha, e de muita pretensão, se, ao subir nesta tribuna o fizesse com o desejo de alterar o rumo da votação no tocante à Mensagem do ex-Governador, Álvaro Dias.

No entanto, eu peço licença aos Senhores Deputados, para pedir a Deus, que coloque neste momento, em minha boca, palavras de extrema eficácia, para que, na condução destes trabalhos, nós possamos resgatar a soberania deste Poder e procurar com muita firmeza e transparência errarmos o menos possível.

Aliás, foi com este propósito que nós assumimos o compromisso com este Poder, com esta Casa, com o nosso Estado e principalmente com os nossos eleitores. Já foi dito por mim neste plenário, que a transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico, o FDE, para o BANESTADO ou para qualquer outro organismo, em tese nada tem a ver com a liquidação extrajudicial do BADEP.

Será, porém, querer fugir da realidade e faltar com a verdade, afirmar que esta transferência e a liquidação do BADEP não estejam intimamente ligadas. O BADEP é um órgão de fomento que, em 28 anos, financiou 12.800 empresas, entre pequenas, médias e grandes. É o maior aplicador de recursos do BNDS, e o 5º aplicador de recursos do FINAME, a nível nacional, incluindo aí todos os Bancos do País, com apenas uma única e só agência, em nosso Estado.

Das 12.800 empresas, os problemas concentram-se em apenas três, sendo duas públicas, a CIC e a CODEL de Londrina; uma privada, a do grupo Atala. Se o BADEP recebesse os seus créditos junto à CIC e a CODEL, seria o melhor Banco de Desenvolvimento do País. No entanto, enquanto de um lado se mantinham negociações para manter a adimplência do BADEP junto às fontes re-

passadoras e honrar os seus avais, esses esforços tiveram a marcha dificultada por decisões meramente políticas. A manobra para a liquidação do BADEP correspondeu a uma decisão pessoal, imediatista, do ex-Governador Álvaro Dias, e não teve a precedência de uma avaliação adequada do ponto de vista técnico e jurídico, bem como dos reflexos negativos que teria essa medida do ponto de vista sócio-econômico para o nosso Estado.

Alguns motivos para essa manobra não nos parecem tão transparentes como se querem mostrar, senão vejamos o primeiro:

- A operação de cessão de créditos entre o BANESTADO, BADEP e empreiteiros. Esta operação recebeu um parecer negativo do BADEP, que exigiu para essa operação a anuência do Banco Central e isso, tão somente, porque o Governador Álvaro Dias tocou por conta dos empreiteiros, tocou por conta dos empreiteiros e seu programa rodoviário.

O segundo ponto:

A construção da FERROESTE e o parecer do BADEP de ordem técnico-econômico-financeira que condicionava a operação ao cumprimento de sete itens, onde ainda o BADEP tomou as precauções de uma consulta ao Tribunal de Contas, enviando uma correspondência ao Doutor João Cândido Cunha Pereira, em 1º de novembro de 1990.

Terceiro:

- A proposta do Governador Álvaro Dias para a transferência do BANESTADO dos créditos lastreados em recursos próprios do BADEP e até a venda do seu edifício-sede para a FUNDEP - Fundação BANESTADO de Seguridade Social, e que recebeu por unanimidade dos conselheiros, a recomendação da não realização de operações pretendidas e isso, única e exclusivamente, por ponderações de ordem legal apresentadas.

E, finalmente, os atos, aqui relatados de forma sucinta, evidenciaram a intenção deliberada do enfraquecimento e constrangimento de uma instituição, culminando com o decreto do Banco Central resolvendo liquidar, extrajudicialmente, o BADEP, citando, neste decreto, a existência de um ofício do Governo do Estado solicitando a "adoção" das providências pertinentes, isto é, o fechamento do Banco.

A origem deste decreto do Banco Central deve-se a uma reunião histórica da qual participaram o Governo do Estado e o Banco Central. Histórica porque ela alegará para o futuro o sinal da incompetência administrativa, da histeria política e da deslealdade. Incompetência administrativa porque o Estado, devedor do BADEP, não soube honrar seus compromissos, como duas empresas, uma sólida e outra com problemas, prepara-se a falência do BADEP, transferindo para o BANESTADO, bens e cré-

ditos de boa liquidez e deixa no seu Banco de Desenvolvimento, suas próprias dívidas numa clara tentativa de fraude contra credores. Um governo competente, honesto e digno, honra os compromissos que assume e encontra solução para os problemas que surgem. Os Senhores estão muito bem lembrados: na década de 60, quando o então Governador Ney Braga recebeu a incumbência por ordem do Ministro em Brasília, para que fosse liquidado o Banco do Estado do Paraná, o que fez o então Governador Ney Braga? Reuniu todas as forças políticas do seu Estado, as forças econômicas e conseguiu, naquela oportunidade, aos poucos, levantar o Banco do Estado e colocá-lo no lugar onde ele se encontra hoje. Isso, Senhores Deputados, é competência.

Histeria política, pois tratou-se de um caso de "vendetta" à moda dos mafiosos, porque seus propósitos não foram acatados, graças ao elevado senso crítico e profissional dos técnicos do BADEP.

Deslealdade. Deslealdade por tentar lesar credores, uma vez que da pauta desta reunião histórica, um dos itens da discussão dizia assim, e eu me permito ler um dos itens dessa discussão: "Paga-se o BANESESTADO e não se paga mais ninguém". Esta frase fazia parte da pauta da reunião entre o Governo do Estado e o Banco Central. Isso é um verdadeiro calote oficial.

É lamentável, é profundamente lamentável que o Governo de um Estado como o Paraná, Estado que goza do maior conceito no País, se apresente ao Governo Federal, com esses propósitos.

Ainda ontem senti a profunda mágoa do ex-Diretor do BADEP, Doutor Celso Sabóia, que me dizia: "Em 40 anos de vida pública, nunca vi um governador pedir a liquidação do seu próprio Banco". Diz o ditado popular que "o homem é um lobo para o outro homem", porém eu me permito dizer que o paranaense Álvaro Dias foi um super lobo para outros paranaenses. Nós, representantes do povo deste Estado glorioso, temos que lutar contra esta autofagia que afirmam esses termos. Enquanto outros Estados, enquanto outros governantes buscam com todos os esforços e conseguem o apoio do Governo Federal, nós vamos a este para pedir que liquide uma instituição nossa e cuja liquidação, se concretizada até o final, será danosa para todos nós e em especial, para o nosso Estado.

Nós não temos o direito, pelo mandato que nos legaram, ao egoísmo político e exclusivista que sacrifica os legítimos interesses de nossa terra e de nossa gente. Pois foi no intuito de colocar uma pá de cal sobre seus propósitos, uma lápide sobre o organismo enfermo, mas perfeitamente recuperável que o Governador Álvaro Dias envia mensagem a esta Assembléia,

propondo a transferência do Fundo do BADEP, para o BANESESTADO. Na qualidade de relator da Comissão de Constituição e Justiça, da mensagem do Governo, tivemos um máximo cuidado e critério para analisarmos as suas derivações e as suas consequências.

Quero agradecer neste momento, a todos os parlamentares que colaboraram comigo no estudo e na análise desta mensagem, a começar pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Colombino Grassano, aos membros da C.C.J., aos membros inclusive da Bancada do Governo que me ajudaram e estão certos de que este é o melhor caminho, aos Senhores Secretários de Estado do atual Governo, aos funcionários e ex-diretores do BADEP, enfim, a empresários e a paranaenses de bem que com certeza vão continuar andando com a cabeça erguida na certeza de terem cumprido com a sua obrigação.

Ouvimos declarações do liquidante do BADEP, Senhor Moacir Hércules de Souza, o qual não deixou suficientemente claros os motivos da liquidação extrajudicial, alegando que no momento não dispunha de elementos necessários. Foi admitido igualmente pelo liquidante que o Fundo poderia ser administrado pelo BADEP, mediante autorização do Banco Central, a mesma autorização que o Banco Central concede ao BANESESTADO para gerir o Fundo. A mesma autorização!

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros desta Casa, desde o mês de dezembro não aportou nenhum recurso do BNDES ao Estado do Paraná. Pois para o financiamento, a implantação, a modernização e a ampliação de plantas industriais é necessária a conclusão da liquidação do BADEP. O BNDES, por regulamentação própria, não aportará recursos ao Estado enquanto não for concluída a liquidação do BADEP. E nós sabemos que esta liquidação vai se prorrogar por muito tempo ainda. Estão prejudicadas também a execução de projetos de infra-estrutura econômica, telefonia rural, energia elétrica, armazenagem, etc., associações de pequenos produtores, assentamento dos sem-terra, microempresas, o programa, o tão decantado Programa de Fiação de Algodão em Seda, o Programa de Citricultura, o projeto da química fina, da Companhia Lorens de Cianorte. Como é que vamos explicar a Cianorte esta paralisação? O programa da renovação da frota de ônibus de Curitiba, o programa da criação de animais de pequeno porte, e assim por diante. Desde dezembro, Senhores Deputados, cerca de 60 milhões de dólares deixaram de ser liberados pelo BADEP e cerca de 400 empresas estão com os seus projetos totalmente paralisados, com construção de indústria pela metade

sem poder sequer dar sequência a esses projetos. E mais, com muita razão muitas empresas estão se mobilizando para entrar na justiça contra o Governo do Estado para o ressarcimento desses prejuízos, porque a interrupção destes projetos além de colocar o Paraná em desvantagem com relação a outros Estados, na ação de investimentos industriais; pois qual é o empresário, em sua consciência, que vai investir onde o seu Governador pede a extinção do seu próprio Banco? Ocasiona ainda a perda da capacidade do Governo em incrementar a arrecadação de impostos e geração de empregos novos para a população.

A "Folha de Londrina", dias atrás, publicou e eu já comentei isto no decorrer, desta minha fala que o Paraná não contará com os recursos do BNDES enquanto perdurar o quadro de liquidação do BADEP sem solução.

Realmente foi uma medida nociva do Governo anterior ao nosso Estado. Sem avaliação técnica de suas consequências decretando o fim de uma instituição, com grande capacidade de captar recursos do Governo Federal, para financiar o setor produtivo do nosso Estado, quando ninguém até agora, mas ninguém, pode identificar uma vantagem sequer para o Estado do Paraná com a liquidação do BADEP, o Senhor Álvaro Dias, montou uma estratégia espúria numa obsessão desmedida, quem sabe atendendo sei lá que interesses. E um fato relevante, Senhores Deputados, toda manobra culminou com a tentativa de fraudar a Assembléia Legislativa, de uma forma fulminante, envolvendo o Banco Central, a fim de que a iniciativa partisse deste, e que se pudesse então, prescindir da autorização desta Assembléia; porque eu tenho certeza absoluta que os cinquenta e quatro Deputados da gestão passada, se recebessem, se precisassem oferecer o seu apoio à extinção do Banco de Desenvolvimento no Estado do Paraná, ou então o Governador Álvaro Dias, não teria aprovado a sua mensagem.

Considero que todos nós, Executivo e Legislativo, devemos estar conscientes para realizar um bom Governo nos próximos quatro anos. Colocamos acima de nossas ideologias políticas os interesses da comunidade paranaense.

Nós não estamos aqui na tarde de hoje, em momento algum, medindo forças entre situação e oposição. Nenhum de nós aqui é oposição ao nosso Estado; nós mesmos na Comissão de Constituição e Justiça, aprovamos mensagens por unanimidade do Governo do Estado. Não se trata de medir forças, trata-se sim, de oferecer a esse Governo que ora se empossa, um caminho, acender as luzes para que se enxergue; colocou-se uma bomba relógio no palácio e essa bomba vai

estourar e nós todos seremos coniventes, se não alterarmos e não demonstrarmos que existe salvação para o BADEP.

Por esse motivo, Senhores Deputados, conclamo a todos os Senhores neste momento, a uma profunda avaliação e uma reflexão sobre esse assunto.

Disse eu ao iniciar a minha fala, que gostaria de ter nesse momento, palavras na minha boca de extrema eficácia. No entanto, Senhores Deputados, por mais que as procure, por mais que busque em minhas idéias, não encontro outras, se não, vamos juntos empunhar esta bandeira verde e branca, salvar o BADEP, ajudar o Governador a salvar o BADEP e salvar também o nosso Estado. Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Palmas).

O SR. PAULO MAIA (Para discutir) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra para discutir ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acredito que a arguição do Relator deste processo já deu a entender a nós, Parlamentares, que a extinção, hoje, do BADEP, não representa a solução para o nosso Estado.

Mas, eu não vou me ater dentro das profundidades abordadas, aqui, pelo Relator do referido processo. Eu vou me ater apenas às dúvidas, que tenho a certeza a maioria dos Senhores Parlamentares têm, a respeito do encaminhamento desta decisão, que nada mais é do que o desejo pessoal, como aqui disse o Relator, um desejo do ex-Governador Álvaro Dias.

Em sua Mensagem, datada de 15 de fevereiro de 1991, diz: "O plano de lei ora submetido a esta augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, sendo indiscutivelmente oportuno e necessário, a fim de que as funções de administração do mencionado Fundo de Desenvolvimento, que passarão a ser exercidas pelo Banco do Estado do Paraná S.A., não sofram interrupção em face da liquidação extrajudicial do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, o BADEP".

Ora! Se há a preocupação com relação aos desdobramentos com a liquidação do BADEP, onde estava, também, a consciência do Governador, no apagar das luzes do seu mandato, mandar mensagem tão preocupante e de tamanha significação, que envolve o nosso Estado? Deveria ter previsto estas dificuldades quanto ao desdobramento que esta mensagem causaria ao Paraná e a este Plenário.

Nós temos o parecer da Comissão de Constituição, que continua levantando as dúvidas, que continua nos preocupando, que continua trazendo mais e mais "luzes de final de túneis", aquelas que você não sabe aonde se pretende chegar. Diz: "Procedida diligência deferida em parecer aprovado, desta Comissão, apenso ao presente processo e tomado o depoimento do administrador da massa liquidante do BADEP, o Senhor Moacir Hércules, para fins de esclarecimento".

O homem levantou mais dúvidas e não disse por que veio! E quem vai comprovar que o homem não sabe por que veio e não lhe deram os dados necessários, para que nós pudéssemos clarear a nossa consciência a respeito do voto, não é porque estamos aqui com o interesse de votar contra o Estado do Paraná e nem contra o Governador. Nós assumiremos as propostas do Governo do Estado, quando forem transparentes, quando trouxerem, de fato, as luzes que necessitamos, para que não façamos do Paraná e não cheguemos a ter no Paraná, um quadro assustador, como as medidas que se vêm tomando, ao prazer do Governo Federal. Não deu certo, emite-se uma outra medida provisória. Não deu certo, volta-se atrás.

Nós temos que parar, neste País, de fazer as coisas por experiências, quando se envolve a Nação, quando se envolve o povo. Nós estamos vendo o estrangulamento da Nação, com a edição constante de medidas provisórias, que vêm achatando, principalmente, a classe mais necessitada. E esta classe necessitada, infelizmente, não pode ter "aquilo roxo", como tem o Senhor Presidente da República e como talvez tivesse o desejo do ex-Governador do Paraná, porque é sobre eles que recai a massa mais pesada da responsabilidade impensada das decisões que os atingem.

Nós vamos mais adiante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, mais adiante as demonstrações de dúvidas, que continuam quando a Comissão de Finanças, que tem Senhores Deputados do próprio Governo levantando dúvidas. Nós vemos no transcurso do relatório da Comissão de Finanças: "considerando-se que o BADEP, atual gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico, encontra-se em processo de liquidação extrajudicial, tendo como liquidante o Senhor Moacir Hércules de Souza, preposto do Banco Central do Brasil, que embora seja pessoa idônea, técnico bancário de competência comprovada, não vemos no mesmo os requisitos necessários para a gestão de tão importante Fundo, qual seja conhecimento das prioridades e necessidades de Governo para o desenvolvimento do Estado do Paraná".

Mesmo que o processo de liquidação do BADEP não seja concluído e o Banco volte a

operar, o Paraná já estaria perdendo face à incerteza quanto a esse fato, pois na melhor das hipóteses o nosso Estado ficaria alguns meses sem que o Fundo seja operado satisfatoriamente!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, as dúvidas ficam em cada linha, em cada pronunciamento, e não disseram ainda porque a vontade de se extinguir órgão de tamanha importância. Ora, se a Comissão de Finanças reconhece que o liquidante não tinha competência para fazer tal processo, por que não se trouxe a esta Casa o pedido de substituição do liquidante, por um outro que preenchesse os requisitos?

O Sr. Durval Amaral - Permite um aparte, nobre Deputado?

Quando a Comissão de Finanças, eu sou o Presidente embora não tenha feito o Relatório, quando a Comissão de Finanças questiona o liquidante do Banco, em momento nenhum ela está questionando a capacidade do liquidante do Banco, o Senhor Moacir. O que o nobre Relator, eu tenho certeza, quis manifestar neste momento, é que o Estado do Paraná estaria perdendo, como está perdendo com a manutenção do FDE no BADEP, porque ele não está sendo gerenciado, porque o liquidante, automaticamente, o liquidante não conhece o Estado do Paraná com a profundidade com que cada um dos Senhores Deputados conhece. E em nenhum momento está se questionando a competência técnico-financeira do liquidante para proceder à liquidação do Banco. Nem poderíamos entrar nisso porque nesse projeto não está se discutindo a liquidação do BADEP, está se discutindo, única e exclusivamente a transferência do FDE, do Fundo de Desenvolvimento Econômico do BADEP para o BANESEDO e aí sim vir o posicionamento da Comissão de Finanças.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço o posicionamento de Vossa Excelência, mas continuo tendo as dúvidas para poder votar favorável a este desejo do ex-Governador Álvaro Dias. Continua a dúvida e nós queremos crer que o Paraná, se passar esta mensagem, que nós temos a certeza de que todas as pessoas comprometidas com o Estado, todas as pessoas que tenham dúvidas com esta decisão não votem favorável, até que este caso, até que este processo venha às claras e mostre de fato por que se pede, no apagar das luzes de um Governo, o fechamento, a extinção e mais um prejuízo de tamanha monta a este Estado que não pode se somar as decisões impensadas a nível de Governo Federal?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encer-

rada a discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Para encaminhar a votação)

Excelentíssimo Senhor Presidente, nobres colegas Deputados:

Eu gostaria, efetivamente, de saudar aos dois Deputados que me antecederam nesta tribuna. E também agradecer à benevolência do Presidente desta Casa, com os meus dois companheiros Deputados, porque não estamos discutindo aqui, nesta tarde, a liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná, e o Presidente desta Casa poderia ter cassado a palavra dos dois Deputados desta Casa, por terem desviado profundamente do eixo central desta discussão. Ele poderia ter aplicado o artigo 150 do Regimento Interno, exigindo que os nobres Deputados companheiros se ativessem, única e exclusivamente ao Fundo de Desenvolvimento do Paraná que está sendo discutido nesta tarde.

Pois bem, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. Trata o presente projeto de lei da transferência do FDE, do BADEP para o Banco do Estado do Paraná, projeto este de autoria do Governo do Estado do Paraná. A douta Comissão de Constituição e Justiça deu o parecer contrário e as Comissões, acertadamente, de Finanças e Tomada de Contas, pareceres favoráveis à aprovação desse projeto de lei.

Senhores Deputados, o projeto em questão visa, única e exclusivamente, a transferência do F.D.E. do BADEP para o BANESTADO, ou seja, muda apenas o gestor, mantendo todas as características originais anteriores. O BADEP sucedeu à CODEPAR criada através da Lei 4529/62 que era a gestora do F.D.E. Em 20/09/68 a denominação social da CODEPAR foi alterada para o Banco de Desenvolvimento do Paraná, BADEP, passando esta a gerenciar o fundo de desenvolvimento econômico.

Importante frisar que a Lei 4529/62 em seu artigo 29, estabelecia que "em caso de liquidação da CODEPAR, seu acervo reverterá ao patrimônio do Estado do Paraná." Este artigo derogado. Como não houve revogação da lei, e apenas alteração modificando a denominação social da CODEPAR para o BADEP, automaticamente, em havendo liquidação, o F.D.E. deverá reverter ao patrimônio do Estado do Paraná.

Senhores Deputados, muito se tem propagado em relação a simples transferência deste fundo para o BANESTADO, mas é importante entendermos que o F.D.E., mas é importante entendermos o que é realmente o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná. O F.D.E. é um fundo com personalidade jurídica e contabilidade própria, isto é, tem inclusive CJC. A rigor ele equivale a uma empresa com ativos,

passivos e com resultados próprios.

O F.D.E. é propriedade do Governo do Estado e é utilizado para aplicação de recursos do Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná. O F.D.E. só pode fazer aplicações ao setor privado, empréstimos, por autorização e delegação do Governo do Estado. O Governo define a quem, como, quanto e a que custos o FDE deve emprestar, ou seja, o F.D.E. é um instrumento nas mãos do Governo. O Banco, seja ele o BADEP, o BANESTADO, ou qualquer outro, é mero administrador do Fundo, por contratação do Governo do Estado. O Banco, que é um mero prestador de serviços, ele apenas executa as operações que o Governo lhe cometer, cobrando uma taxa pela prestação dos serviços.

Podemos então concluir nobres Deputados, o sucesso das operações do F.D.E. não depende do Banco que é seu gestor, mas o Governo que é seu dono e normatizador. O FDE pode administrar outros ativos de propriedade do Governo, como ações que o Estado possua em outras empresas.

Logo, Senhores Deputados, o nobre Relator da matéria, ao apreciar a transferência do F.D.E. para o Banestado, equivocou-se apreciando o mérito e não a constitucionalidade do Projeto.

Cabe indagar: O Projeto é constitucional, legal, jurídico e obedece a técnica legislativa?

Óbvio que o é. Nisto deveria restringir-se o douto e competente Relator da C.C.J. não o fez, preferindo outro entendimento, a nosso ver confundindo transferência do fundo com a liquidação do Banco.

São dois momentos diferentes: O fim do BADEP depende única e exclusivamente da liquidação extrajudicial procedida pelo liquidante Dr. Hércules Moacir de Souza, preposto do Banco Central do Brasil e que não está em discussão neste momento.

E a transferência do F.D.E. para o Banestado que depende de lei aprovada por esta Assembléia para que se possa processar. Votar contra esse projeto neste momento seria negar as próprias prerrogativas que nós, como Deputados, temos de nos manifestar sobre assuntos dessa relevância. Votar contra seria dar uma procuração em branco ao liquidante do BADEP para gerenciar o F.D.E., pessoa idônea, técnico bancário, mas estranha aos interesses do Paraná, até porque não tem conhecimento das prioridades de nosso povo.

Votar contra seria um voto de desconfiança ao Secretário da Fazenda do Estado, à Federação das Indústrias do Paraná e à Federação da Agricultura do Paraná, haja vista que o projeto de Lei nº 10/91, em discussão neste momento, estabelece em seu artigo 7º o Conselho de Investimentos do F.D.E., composto por

pessoa de irreparável postura moral e intelectual. Não cabe a nós, Deputados, votar contra neste momento.

Se votar contra cinquenta milhões de dólares oriundos dos Royalties, para a execução de um amplo programa de agroindústrias no Paraná. Seria votar contra três milhões de dólares financiados pelo Banco Mundial destinados ao Paraná Rural. E que são gerenciados pelo FDE e que estão parados desde novembro.

Com toda a certeza, senhores Deputados, a agricultura do Paraná, já perdeu neste primeiro trimestre duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros e a Secretaria de Agricultura não pôde aplicar no programa de adubação verde que deveria ter sido procedida antes do inverno e todos os trabalhos de conservação e readequação de estradas rurais e reflorestamento que estão sendo prejudicados em razão da não operacionalização desse fundo.

Cabe aqui uma advertência, nobres Deputados: os prejuízos são dos sofridos agricultores do Estado, mas a responsabilidade pelo prejuízo dos agricultores será debitada aos ilustres Deputados que porventura, nesta tarde, não votem pela aprovação da transferência.

É inquestionável a capacidade do Banestado em gerenciar o F.D.E., haja vista ser este o segundo Banco Estadual do Brasil, administrado por uma diretoria de competência comprovada. E, ainda, o Banestado, há algum tempo, gerencia fundos de longo prazo, tendo experiência nesse setor. Como exemplo, o Fundo de Financiamento para Água e Esgoto - FAE/PR e o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU/PR.

Queria, para finalizar, dizer que a preocupação que alcança todos os Deputados, a toda a sociedade paranaense com a possível liquidação do BADEP, que queremos inclusive que nem ocorra, mas se ocorrer, já temos do Banestado, autorização pelo Banco Central, o funcionamento de uma carteira de Fomento ao Desenvolvimento Econômico que não trará prejuízo para a sociedade paranaense e aos empresários deste Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Poucas discussões têm a importância desta que hoje se faz nesta Assembléia porque se mexe, visceralmente, na estrutura econômica do Estado, na estrutura de desenvolvimento do Estado. Diria mesmo, na estrutura de promoção do bem comum do Estado.

Claro que a nossa consciência balança

a partir do momento em que se desenha o apocalipse no campo, através de ausência de adubação verde antes do inverno, através do cancelamento da possibilidade de financiamento por cinquenta milhões de dólares para a agroindústria. Interessante é que os Cavalheiros do Apocalipse de agora são imputados a nós, Deputados pela nossa relutância nessa discussão. No entanto reconheço na barba e no elmo, no caráter e no nome, a família Dias, o Secretário da Agricultura permanece. Será que não teve Sua Excelência as luzes que têm agora inspirando o discurso do Deputado Líder do Governo há um tempo atrás quando seu irmão pediu formal e oficialmente a liquidação do BADEP. Porque o que vale contra o Paraná hoje não valia anteontem quando a televisão mostrava um Estado de suprema prosperidade, e quando a Tribuna do Governo aqui nessa Casa se preencheu pela figura do príncipe saído do Palácio Iguazu em fim de Governo para vir nos pintar uma Suíça. Uma Suíça irreparável e irrepreensível. Porque de repente não se lembraram do Paraná rural e se lembram hoje. Porque não se lembraram da adubação verde anteontem e se lembram hoje. Porque não se explica de vez por todas e com todas as letras a situação do Banestado, a situação do BADEP, a situação do Sistema Financeiro do Estado. Porque sempre se alega sigilo bancário. Veio o liquidante a esta Casa inquirido pela Comissão de Constituição e Justiça e fala a língua dos eunucos, aquela que nada quer dizer. Lembramos todos a passagem da Sagrada Escritura, a da espoliação de Jerusalém quando suando se roubavam os fundos da cidade sagrada, os encarregados pelo Rei Judá que traíra a cidade Santa e pelo Rei dos Assírios que conquistara a Cidade Santa, quando foram negociar os roubos dos vasos do templo um disse para o outro: não vamos falar na língua do povo, muito menos em hebraico, falemos em Aramaico ou em grego de Coimé para que os que estão nas galerias, desculpem, para os que estão nas muralhas não entendam aquilo que queremos dizer."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Líder do Governo, Sr. Secretário de Agricultura, Sr. Governador do Paraná, ainda não entendemos o que se quer dizer quando se pinta, por exemplo, uma cidade industrial de Curitiba ou de Londrina com a mesma tinta negra que se pinta o caso do Grupo Atala. Ainda não entendemos o que se quer dizer quando fica o mesmo Secretário da Agricultura, e toda tragédia que agora se desenha não era tragédia anteontem, mas hoje é. Ainda não entendemos porque para o Banco Comercial, Banco do Estado do Paraná que possui capital integralizado de 49% de acionistas privados visando lucro em suas

operações se quer dar uma carteira de desenvolvimento que é também uma atividade de altíssimo risco, obrigando os acionistas privados a assumirem as dívidas do Badep, dando prejuízo. Prejuízo, diz o relator, e dizem inteligências categorizadas como a do Dr. Celso Sabóia, por exemplo, prejuízo aos acionistas e ao Paraná.

Exibe, o Sr. Deputado Orlando Pessuti, nesta Casa, um telefax do Banco Central autorizando a criação da carteira de desenvolvimento no Banestado, isso já nos conforta, mas será que a assembléia de acionistas do Banestado autorizará essa carteira.

Parece, Sr. Presidente, parece, Srs. Deputados que o Badep pode retomar as suas atividades e gerir o FDE editando o Apocalipse, que hoje aterroriza o Dr. Osmar Dias, mas anteontem nem se lhe importava.

Parece que pode fazer isso mediante um outro telefax igual na mão do Governador e do Líder do Governo exarado de dentro do Banco Central, e aí com a colaboração de Deputados, como o Dr. Justus, que, sendo da bancada do Presidente da República fala pelo Governo Federal aos olhos da consciência do Paraná.

Vejam, discutir se o Badep fica ou não fica, se permanece ou não permanece, não é a essência dessa questão. A essência dessa questão é dotarmos o Paraná de um eficiente instrumento de fomento para o seu desenvolvimento. Não dá para ficar sem carteira de fomento, sem instrumento repassador dos recursos do BNDS; não dá mesmo. Uma discussão dessas no Rio Grande do Sul enchia a Assembléia, o saguão, o "foyer", e a praça daqui continua, de pessoas interessadas. Uma discussão dessas em Minas Gerais provocava trezenário, novenário da família mineira a exemplo do que provocou a Revolução.

Triste Paraná que em silêncio enterra o seu BADEP. Triste Paraná, cuja instituição de governo, de Assembléia, e, de Tribunal de Justiça, nos pede para deitar pá de cal num sonho coletivo e bom de tanto tempo. Pá de cal agora negociada sem que se entenda da missa a metade. Porque eu ainda não entendi o cerne dessa discussão.

Vejam os Srs. Deputados, que se me for dado o direito de votar agora, eu ainda votarei sem a luz necessária, ainda votarei me sentindo um habitante de Jerusalém debruçado na muralha, enquanto um Pessuti e um Dias conversam com um PNR da vida. Como é o nome do visitador do Banco Central do Paraná? É um Ulisses, sem que ninguém entenda nada.

Não entendi ainda, não entendi a essência dessa questão, e acho que a metade dos Deputados e o povo do Paraná também não compreendeu. Por isso, era de bom tom, que isso se adiasse até a assembléia do

Banestado, e para um amplo fórum, inclusive com o Sr. Secretário da Fazenda aqui.

Ora, Srs. Deputado que me precedeu dizendo que se faz voto de desconfiança contra o Dr. Eron Arzua. Ninguém é mais honrado, nem mais decente, nem melhor, nem mais entendido na área de tributação pública.

Agra, eu pergunto: será que o que se faz agora se faz apenas em proveito da honra de um e de outro nesse momento? Se faz apenas para salvar a honra dos dias que se passaram ou se faz com eficácia, com eficiência, para pensar nos dias que virão, que o Paraná merece, para os nossos filhos, para os filhos dos nossos filhos sem que em nossas searas se façam um espaço de miséria, e isso além da próxima colheita, além da próxima adubação verde; isso vai por muito tempo em direção ao próximo milênio, ao próximo tempo.

Era isso que eu queria dizer, e continuo sem entender patavina dessa discussão. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Companheiros do BADEP e do BRDE que também estão aqui esta tarde.

Mais uma vez a Assembléia vai votar na base do rolo compressor a exemplo do que fez na questão do BRDE. Depois de um trabalho extraordinário, um dos melhores trabalhos feito por uma comissão desta Casa que durante vários dias ouviu as autoridades entendidas da área de vários setores do Estado e também de outros Estados, uma comissão que foi a Brasília ouvir o Diretor do Banco Central e voltou de lá perplexa diante do não conhecimento do diretor do Banco Central em relação às medidas que estavam sendo tomadas repentinamente no apagar das luzes de um governo. E aí está o Paraná fora do BRDE, quando o importante era manter a força de três Estados unidos, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, no sentido de trazer para cá investimentos. O Paraná sai do BADEP. E o Paraná saía do BRDE, pasmem os Senhores, para reforçar a caixa, o patrimônio do BADEP. De repente, não era mais nem uma nem outra coisa e a Assembléia votou e aprovou, aqui, uma mensagem do Governador que era para sair do BRDE para dar apoio, suporte maior ao BADEP. Hoje, já não tem mais BRDE, não se quer mais BADEP e não se sabe para onde vai o suporte agora do BRDE e do BADEP.

Então, são essas coisas confusas que nós, Deputados, não podemos, por um interesse de um ex-Governador, vir aqui para esta Casa e votar.

Não se trata aqui, nesta tarde, de

derrotar o novo Governador do Estado. Absolutamente! Nós saberemos aqui nesta Casa dar muitas vitórias também ao novo Governador, desde que o assunto seja de interesse e seja do conhecimento pleno de todos nós Parlamentares. Se é para o bem do Paraná nós estaremos aqui para votar, prontos, junto com o Governador, independente da nossa posição partidária.

Quero apenas, aqui, fazer alguns destaques: Carta aberta à população sobre o BADEP e aqui num dos tópicos diz: "Por que tanta raiva do BADEP, Senhor Governador? Por que todo esse ódio? Só por que a sua proposta escusa de o Banco ficar com a dívida que o Senhor contraiu com os empreiteiros, quando de sua campanha eleitoral, não foi aceita pela diretoria da instituição? Seria esta a razão principal da extinção do BADEP? Pare com esse mar de mentiras, Senhor Governador! Cuidado!" Este é um tópico da carta do Sindicato dos Bancários de Curitiba.

O artigo do Companheiro Celso Sabóia, uma das maiores autoridades que pode falar a respeito do BADEP, no jornal Indústria e Comércio do dia 16 de janeiro de 1991: "Figuras menores do círculo político de Álvaro Dias e de Requião, sem grandeza para olhar para o próximo milênio e não para a próxima eleição, torpedeiam o reescalonamento sob o pretenso argumento de que o Prefeito Jaime Lerner ficaria em condições de pleitear novos empréstimos para a Prefeitura de Curitiba, podendo implantar o projeto do bonde elétrico e outros e, assim, aumentar o seu cacife político.

Carlos Alberto: "Liquidação do BADEP prejudica indústria do Paraná." Declarando-se disposto a continuar lutando até onde tenha força para defender a permanência do BADEP por achar que ele é indispensável, principalmente para o desenvolvimento industrial o empresário Carlos Alberto Pereira, uma figura extraordinária que esta Curitiba tem o orgulho de possuir, homem de uma visão larga, de um conhecimento extraordinário, diz aqui: "Liquidação do BADEP prejudica a indústria do Paraná." Ele participou da sessão pública convocada pela Assembléia Legislativa.

O empresário que integra os conselhos de administração e de investimento do BADEP como representante da comunidade empresarial lembrou em seu depoimento: que a liquidação da instituição não faz cessar as dívidas hoje existentes com o Banco Central e com o BANESTADO. O Governo vai ter que pagar a dívida de qualquer maneira com o agravante que, se for determinada a sua liquidação ordinária ou extrajudicial, isso leva o BNDES a suspender o financiamento de qualquer obra no Estado do Paraná."

Mais ainda aqui, Valdir Isidoro Sil-

veira, engenheiro agrônomo, Diretor do DI-SAGRO, Engenharia do Projetos, fala: "Fechar o BADEP é um atentado contra a soberania política, econômica e social do Paraná. Se há distorções, vamos saná-las. Não se combate um organismo canceroso, que não é o caso, matando-se o doente. Que o Governador Álvaro Dias pense nisso e não passe à história do Paraná como demolidor de Bancos de Desenvolvimento. Confiamos no julgamento salamônico de Álvaro e Requião."

Lamentavelmente este julgamento não está acontecendo. Ainda mais aqui, Celso Sabóia, concluindo: "Não há nenhuma razão política, técnica, prática, econômica ou financeira que justifique a extinção do BADEP. Nem o BACEN ou BANESTADO, deixarão de cobrar do Governo do Estado, o que o BADEP lhes deve. A solução é mantê-lo ou incorporá-lo ao BADEP, solução plenamente compatível como acabamos de demonstrar se houver visão, disposição política e real interesse em desenvolver o Paraná".

Mais ainda, o articulista Adherbal Fortes de Sá Jr., também em artigo no Jornal "Indústria e Comércio": "Nossos vizinhos de Santa Catarina, são testemunhas do que aconteceu à economia do Estado, quando o Banco de Desenvolvimento de lá o BADESC, sofreu intervenção do Banco Central e foi subordinado ao BESC. Não deu certo. Há uma reclamação exemplar ocorrida durante uma reunião do BESC. O Diretor denunciou indignado que o BADESC estava financiando determinada empresa que cometia o crime de possuir uma agência interna do BRADESCO.

Pode, leitor? Pois é assim que pensam os diretores de Bancos Comerciais. No caso de bancos comerciais estatais, o problema é mais grave. Os diretores são pressionados por resultados financeiros de um lado pelos acionistas, e de outro, pelo governo. Quando além do banco comercial estadual trata-se de um conglomerado."

Diz mais ainda na frente: "Imagine, leitor, que estão falando em descentralizar o apoio ao desenvolvimento industrial. Como o gerente regional de Maringá, que não conheço, pode ser o de Cascavel, ou o de Londrina, vai analisar e decidir o pedido de financiamento de uma empresa, cuja produção depende dos avanços da biotecnologia.

Em primeiro lugar é preciso ver o tempo que sobra ao pobre gerente comercial para meditar nesses assuntos, depois acrescentar o tempo exigido para ler relatórios, estudos, documentos estratégicos sobre a importância da biotecnologia na década de 90. Finalmente decidir se aquela empresa responde às necessidades do momento e tem competência para desenvolver o produto".

Quer, dizer, o Banco do Estado vai ter na sua Carteira, supergerentes, menos preocupados no lucro do banco, mas mais preocupados com os investimentos do Paraná.

Para completar, Sr. Presidente.

René Ruschel diz aqui - economista pós-graduado pela Universidade Federal do Paraná:

"O Paraná a reboque desse processo de modernização tecnológica, não poderá prescindir de uma instituição cujos resultados por si só dão a exata dimensão da sua importância, de um corpo técnico dotado de larga experiência e conhecimento necessários a contribuir sobremaneira para as transformações exigidas pelo novo século que se avizinha. Com a imolação desse patrimônio, certamente, perderá o Estado em eficiência e resultados.

Só não vê quem não quer".

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados companheiros do BADEP que estão aqui. Nós, Parlamentares, não podemos apenas por um interesse, me parece, muito mais pessoal do ex-governador Álvaro Dias, aqui votarmos" a toque de caixa", sem uma explicação mais aprofundada, sem uma discussão com o novo Governo que está aí, um projeto de suma importância.

Nós que batalhamos, desde o início, na Legislatura passada, pela permanência do BRDE, lutamos agora ainda pelo BRDE e agora pelo BADEP.

Somos contrários à aprovação desse projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Eu quero que se registre nos Anais da Casa, a presença do Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana que está, democraticamente, dando audiência ao Deputado Ritti, do PRN.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus constante do expediente, solicitando a votação nominal para o Projeto 10/91.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento de votação nominal queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto dirão "SIM" e os que rejeitam, dirão "NÃO".

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, existem ainda alguns Parlamentares com dúvidas ainda em relação ao procedimento da votação. Encareço a V.Exa. que dentro da benevolência que tem tido para com o Plenário para que mais uma vez esclareça o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Deputados que apoiam o projeto votarão dizendo SIM; os que rejeitam o projeto dirão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal para fins de votação da mensagem governamental).
Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela manutenção do BADEP e crescimento do Paraná, digo NÃO ao projeto.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Justificativa de voto) - pelo Paraná, NÃO.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Secretário, gostaria de saber como votou o Deputado Domingos Carvalho.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Eu ouvi SIM.

DOUTOR ROSINHA (Justificativa de voto) - Sem medo de dizer NÃO.
Ao contrário de alguns que até afinam no sim.

O SR. ÉLIO RUSCH (Justificativa de voto) - Pelo Paraná, NÃO.

SR.^a EMÍLIA BELINATI (Justificativa de voto) - Pelo Paraná, NÃO.

O SR. JOSÉ ARTUR RITTI (Justificativa de voto) - Por Santo Antonio da Platina, SIM.

O SR. PAULO MAIA (Justificativa de voto) - Pelo compromisso com o povo do Paraná e pela falta de transparência; NÃO.

O SR. RENATO ADUR (Justificativa de voto) - (Fora do microfone - inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 28 (vinte e oito) Deputados responderam Sim; 24 (vinte e quatro) responderam Não. Está aprovado o projeto em 1.^a discussão.

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 80/91, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública o Hospital São Vicente de Paulo, sediado em Pitanga/PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 24, de 19.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 080/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Renato

Adur, tem como objetivo declarar de Utilidade Pública o Hospital São Vicente de Paulo, do município de Pitanga.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, constatamos a sua conformidade com a Lei Estadual n° 6.994, que declara normas para a declaração de Utilidade Pública, pois a instituição possui personalidade jurídica há mais de um ano e está em efetivo exercício, não remunerando a qualquer título os cargos de sua Diretoria, não distribui lucros, bonificações ou vantagens a seus dirigentes, tendo sua atividade principal voltada para filantropia.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa obstar a sua normal tramitação, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo.
Sala das Comissões, em 10.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
NELSON JUSTUS
Relator

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 85/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Alto Piquiri. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 23, de 20.03.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 85/91

Autor: Dep. Nilton Barbosa

P A R E C E R:

I - O ilustre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Alto Piquiri.

II - Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei 6994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

III - Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

IV - Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
EMÍLIA BELINATI
Relatora

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 100/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que concede título de cidadania honorária do Paraná ao coronel Cândido Alves de Souza. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 27, de 02.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 100/91

Autor: Dep. Rafael Greca de Macedo

P A R E C E R:

I - O ilustre Parlamentar propõe projeto de lei que visa conceder Título de Cidadania Honorária ao Coronel Cândido Alves de Souza.

II - O projeto, bem justificado, presta merecida homenagem ao militar brilhante, instrutor competente, professor emérito e assessor de vários Governadores.

III - Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 5638 de 13 de outubro de 1967, que dispõe sobre as condições para a concessão de benemerência ou cidadania honorária.

III - Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental no presente projeto que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

IV - Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário. Presta-se-lhe assim a merecida homenagem em memória para sempre.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
EMÍLIA BELINATI
Relatora

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Antes de encerrar, eu gostaria de requerer a V.Exa. que fosse concedido um tempo de dez minutos para que os representantes dos servidores das instituições de ensino superior do Paraná, pudessem colocar as suas exposições para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está deferido após o anúncio da votação da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento n° 760, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 769, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente.- À Diretoria Legislativa, para encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento n° 770, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, com

apoio dos Senhores Deputados Rossoni, Mário Bezerra, Ademar Traiano e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 773, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 725, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 755, 756, 757 e 758, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 759, e 761, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 762, 763 e 774, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 764, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 766, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 771, e 772, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 776 e 777, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Justus, Rossoni e Lourenço Fregonese, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 778, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 724, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós pedimos para discutir este requerimento, na data de ontem, e estamos, nesta oportunidade, a bem dos esclarecimentos que esta Casa pretende obter, recomendando a nossa bancada que vote favoravelmente à aprovação do requerimento do Deputado Er-

nani Pudell.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - APROVADO.

O DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mesmo num momento de reunião eu solicitaria, se V.Exa. me desse a liberdade, aos nobres Deputados, para que ouvíssemos com atenção a exposição dos professores universitários, uma vez que se encontram em greve e nós precisamos, como um 3° Poder, o Poder Legislativo, também colaborar para a solução deste impasse entre os trabalhadores e o Governo do Estado.

Então, gostaríamos que os Senhores Deputados da situação e da oposição sentassem, para que pudessem ouvir com atenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Senhores Deputados que ouçam o orador que vai para a tribuna.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mais uma vez abusando da benevolência de vossa pessoa, o projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, para num prazo de 48 horas exarar parecer sobre a emenda. Isto significa quinta-feira.

Eu encareço a V.Exa. que nos informe se o projeto retornará à Ordem do Dia para 2ª discussão na segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que vai dar às Comissões o prazo de 48 horas concomitantemente. O projeto deverá retornar à Ordem do Dia na sexta-feira. Se não houver sessão, na segunda-feira.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 002, 008, 089, 139, 143, 172 e 180/90.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 29, 80, 85 e 100/91.

Levanta-se a sessão.